



Divulgação de Resultados 4T22

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

O GPA (B3: PCAR3; NYSE: CBD) anuncia os resultados do 4º trimestre de 2022 (4T22). Em consequência do processo de descontinuidade das atividades dos hipermercados, conforme divulgado nos fatos relevantes/ou comunicado ao mercado de 14 de outubro e 16 de dezembro de 2021, 24 de fevereiro e 13 de abril de 2022, as atividades dos hipermercados Extra estão tratadas como atividades descontinuadas. Adicionalmente, a partir do 4T22, em consequência do processo de segregação dos negócios do GPA e do Almacenes Exito S.A. ("Exito"), conforme divulgado nos fatos relevantes em 10 de agosto, 5 de setembro e 30 de dezembro de 2022, e 9 de janeiro de 2023, as atividades do Exito passaram a ser tratadas como atividades descontinuadas.

Dessa forma, as vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas retrospectivamente, conforme definido no IFRS 5/CPC 31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações em continuidade. As comparações são relativas ao mesmo período de 2021, exceto onde indicado. Os resultados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2), exceto onde indicado de outra forma.

Nas tabelas e comentários a seguir, destacamos, conforme indicado, as informações do Exito excluindo efeitos do IFRS 5/CPC 31 ("Exito Pré IFRS 5") de forma gerencial, com o objetivo de favorecer a comparação com os períodos anteriores de 2022 e 2021.

Resultado Consolidado¹

- Faturamento bruto total consolidado** das operações atingiu **R\$ 13,1 bilhões no 4T22**, em linha vs. 4T21. Em 2022 as vendas brutas totais foram de R\$ 46,9 bilhões;
- EBITDA Ajustado consolidado** totalizou **R\$ 835 milhões no 4T22 com margem EBITDA Ajustada de 7,0%**. No ano de 2022, o EBITDA Ajustado Consolidado atingiu R\$ 2,9 bilhões.
- O **Lucro (Prejuízo) líquido consolidado** das operações no 4T22 atingiu **R\$ (1,1) bilhão**, impactado por R\$ (956) milhões de elementos excepcionais, ajustado por esses elementos, o **Lucro (Prejuízo) líquido normalizado consolidado foi R\$ (146) milhões**.

No Brasil, melhoria sequencial do crescimento de vendas mesmas lojas, além da aceleração do plano de expansão.

- A receita bruta de vendas do GPA Brasil no período continuado, excluindo postos, somou **R\$ 4,9 bilhões no 4T22**, crescimento de 16,8% e 7,3% no conceito mesmas lojas vs. o mesmo período de 2021, resultado do contínuo trabalho nos 6 pilares estratégicos com foco em fazer o "básico bem-feito" e das aberturas de lojas no período. O **crescimento mesmas lojas apresentou melhora nas bandeiras Pão de Açúcar, Mercado Extra, Compre Bem e manteve o forte crescimento em Proximidade** na comparação com o 3T22. No 4T22, a **venda do e-commerce totalizou R\$ 448 milhões, crescimento de 7,0% vs. 4T21**, excluindo as vendas dos hipermercados que foram descontinuados. Com isso, a penetração de vendas online total foi de 10,5%.
- A **margem EBITDA Ajustada pro forma² foi de 6,1%**, explicada pelo impacto do aumento da inflação no lucro bruto, apesar de um bom controle das despesas com redução de 2,2 p.p. no % da receita líquida. No ano de 2022 a margem EBITDA Ajustada pro forma² foi de 7,0%;
- Sólida situação financeira com dívida líquida/EBITDA LTM³ de 2,3x** ao fim do trimestre com **posição de caixa de R\$ 3,8 bilhões**, correspondente a 3,7x a dívida de curto prazo da Companhia.
- O GPA Brasil continua seu processo de recuperação de rentabilidade focado em três linhas principais do resultado: margem comercial, quebra e despesas. O processo tem evoluído satisfatoriamente e temos como projeção (*guidance*) o atingimento de uma margem EBITDA ajustada entre 8% e 9% em 2024.

⁽¹⁾ Resultado consolidado considera os resultados das operações continuadas do GPA Brasil, as operações do Grupo Exito Pré IFRS 5 (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, ChefTime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount;

⁽²⁾ Resultado pro forma não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, ChefTime e James Delivery) e margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais;

⁽³⁾ Considera dívida líquida e EBITDA ajustado após o IFRS 16.

Contínuo Crescimento no Perímetro Internacional

- O Grupo Exito registrou um **forte crescimento de dois dígitos nas vendas mesmas lojas de 16,3% vs. 4T21** (em moeda constante), com crescimento nos 3 países de atuação, explicado principalmente pelo aumento do tráfego em lojas e pelo bom desempenho dos formatos inovadores. As vendas *omnichannel* representaram 9,5% das vendas totais do 4T22;
- O **Grupo Exito atingiu margem EBITDA Ajustada de 8,6% no 4T22**, recuo de 2,0 p.p. em relação ao 4T21. Além da forte base de comparação com o 4T21, beneficiado por uma data especial a mais (*non-VAT days*) em relação ao 4T22, a retração da margem foi impactada pelo: (i) menor nível de receita nos outros negócios do grupo (principalmente na financeira Tuya); (ii) maior nível de inflação nos três países de atuação, com impacto na não diluição SG&A no trimestre; e (iii) aproximadamente, 1 p.p. explicado por efeito pontual no trimestre, com o ajuste do saldo de estoque.

GPA Consolidado

Aceleração do crescimento de vendas no Brasil

Com o objetivo de favorecer a comparação com os períodos anteriores de 2022 e 2021, nas tabelas a seguir indicamos o resultado da operação consolidada e nas colunas destacadas, os ajustes para o resultado consolidado com o Grupo Exito Pré-IFRS 5. A partir do 4T22 o resultado consolidado passa a considerar o Grupo Exito em operações descontinuadas (IFRS 5/CPC 31).

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Consolidado ⁽¹⁾						Δ	Δ Ajustado
	4T22	Éxito Pré IFRS 5	4T22 Ajustado	4T21	Éxito Pré IFRS 5	4T21 Ajustado		
Receita Bruta	5.295	7.846	13.141	4.725	8.419	13.144	12,1%	0,0%
Receita Líquida	4.900	6.959	11.859	4.424	7.541	11.966	10,7%	-0,9%
Lucro Bruto	1.107	1.770	2.876	1.202	2.001	3.203	-7,9%	-10,2%
Margem Bruta	22,6%	25,4%	24,3%	27,2%	26,5%	26,8%	-4,6 p.p.	-2,5 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(852)	(1.189)	(2.041)	(915)	(1.216)	(2.131)	-6,8%	-4,2%
% da Receita Líquida	17,4%	17,1%	17,2%	20,7%	16,1%	17,8%	-3,3 p.p.	-0,6 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(315)	(171)	(486)	(29)	(78)	(107)	994,3%	355,3%
EBITDA Ajustado⁽²⁾	236	599	835	316	802	1.118	-25,2%	-25,3%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	4,8%	8,6%	7,0%	7,1%	10,6%	9,3%	-2,3 p.p.	-2,3 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Continuadas	(272)	(307)	(579)	282	153	435	-196,6%	-233,1%
Margem Líquida - Controladores - Operações Continuadas	-5,6%	-4,4%	-4,9%	6,4%	2,0%	3,6%	-12,0 p.p.	-8,5 p.p.
Lucro Líquido Controladores Operações Descontinuadas⁽³⁾	(830)	307	(523)	495	(153)	341	-267,8%	-253,2%
Lucro Líquido Controladores Consolidado	(1.102)	-	(1.102)	777	-	777	-241,9%	-241,9%

⁽¹⁾ Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, outros negócios (Stix Fidelidade, ChefTime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount;

⁽²⁾ Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais;

⁽³⁾ Inclui resultado das operações dos hipermercados e do Grupo Exito (Colômbia, Uruguai e Argentina).

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Consolidado ⁽¹⁾						Δ	Δ Ajustado
	2022	Éxito Pré IFRS 5	2022 Ajustado	2021	Éxito Pré IFRS 5	2021 Ajustado		
Receita Bruta	18.531	28.337	46.868	17.398	27.264	44.662	6,5%	4,9%
Receita Líquida	17.321	25.176	42.496	16.298	24.357	40.655	6,3%	4,5%
Lucro Bruto	4.302	6.387	10.689	4.356	6.291	10.648	-1,3%	0,4%
Margem Bruta	24,8%	25,4%	25,2%	26,7%	25,8%	26,2%	-1,9 p.p.	-1,0 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(3.296)	(4.493)	(7.789)	(3.288)	(4.263)	(7.531)	0,9%	3,4%
% da Receita Líquida	19,0%	17,8%	18,3%	20,1%	17,5%	18,5%	-1,1 p.p.	-0,2 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(435)	(172)	(607)	(169)	(136)	(305)	157,1%	99,1%
EBITDA Ajustado⁽²⁾	897	1.959	2.856	1.162	2.153	3.315	-22,8%	-13,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	5,2%	7,8%	6,7%	7,1%	8,8%	8,2%	-1,9 p.p.	-1,5 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Continuadas	(863)	(174)	(1.036)	158	371	529	-646,1%	-295,9%
Margem Líquida - Controladores - Operações Continuadas	-5,0%	-0,7%	-2,4%	1,0%	1,5%	1,3%	-6,0 p.p.	-3,7 p.p.
Lucro Líquido Controladores Operações Descontinuadas⁽³⁾	691	174	864	644	(371)	274	7,2%	216,0%
Lucro Líquido Controladores Consolidado	(172)	-	(172)	802	-	802	-121,4%	-121,4%

⁽¹⁾ Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, outros negócios (Stix Fidelidade, ChefTime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount;

⁽²⁾ Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais;

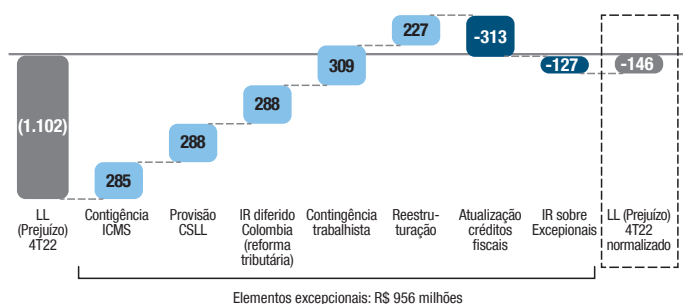
⁽³⁾ Inclui resultado das operações dos hipermercados e do Grupo Exito (Colômbia, Uruguai e Argentina).

Elementos excepcionais registrados no 4T22

No 4T22, houve o reconhecimento de elementos excepcionais que totalizaram R\$ (956) milhões e que impactaram o lucro (prejuízo) líquido consolidado. O lucro (prejuízo) líquido consolidado normalizado, excluindo esses elementos excepcionais, foi de R\$ (146) milhões. Abaixo a descrição dos elementos excepcionais:

- R\$ (285) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS.** Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema;
- R\$ (309) milhões referente a complemento do saldo de provisão para demandas trabalhistas** com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, é observada tendência de queda de novas ações desde julho/22 e redução do saldo da carteira trabalhista desde o 3T22;
- R\$ (227) milhões referente a despesas com reestruturação**, sendo: (i) reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas; (ii) reestruturação e projeto de segregação no Exito (descontinuado); e (iii) reestruturações, rescisões e desmobilizações em operações de hipermercados (descontinuadas);
- R\$ 313 milhões de impacto na receita financeira** relacionado com a atualização monetária sobre créditos fiscais;
- R\$ (161) milhões de impacto no imposto de renda**, sendo: (i) R\$ 127 milhões relacionados a 25% de alíquota de IR sobre os itens (a), (b), (c) e (d) acima; e (ii) R\$ (288) referente ao impacto da reforma tributária na Colômbia, com aumento da alíquota de imposto referente a ganhos ocasionais (*ganancia ocasional*) de 10% para 15% e, consequentemente, impacto no IR diferido da operação do Grupo Exito.
- R\$ (288) milhões referente a provisão de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** após o STF ter decidido pela limitação da taxa julgada e pela modulação de seus efeitos para alcançar os fatos geradores a partir de setembro de 2007. O valor registrado de R\$ 288 milhões considera: (i) R\$ (600) milhões de principal, multa e juros, considerando os últimos cinco anos (2018-2022), assim como nos anos autuados entre 2007 e 2017; e (ii) R\$ 312 milhões de créditos tributários relacionados a recomposição de base negativa, diferenças temporárias e impostos sobre lucros no exterior.

O bridge a seguir demonstra os impactos dos elementos excepcionais ocorridos no 4T22 no lucro líquido consolidado:



Mensagem do CEO

O ano de 2022 foi de consolidação das diretrizes do "Novo GPA", companhia que surgiu como resultado da decisão de encerramento do modelo de hipermercados, agora com foco nas operações de supermercado premium, lojas de proximidade e multicanalidade. Foi um ano dedicado a revisar nossa estratégia, a rever estruturas e processos internos, e iniciar um trabalho de turnaround, que segue em curso, com o objetivo de retornarmos a posição de referência no segmento premium do varejo alimentar nacional, com uma operação rentável e sustentável.

Partindo da diretriz de ter o(a) cliente como centro das nossas decisões e estar onde ele(a) estiver - a estratégia do negócio foi definida com base em seis pilares: Top line, ou aumento estruturado de nossas receitas; Excelência no atendimento, medida pelo NPS (Net Promote Score); Digital, com avanço da multicanalidade; Expansão e conversão de lojas; Rentabilidade, cuidando de quebras, despesas e margens; e ESG e Cultura, com entrega de compromissos ambientais, sociais e de governança, valorizando a diversidade e tendo a cultura como o grande alicerce de todo um trabalho de transformação.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento orgânico de lojas: foram 18 novas unidades do Pão de Açúcar já no formato Geração 7, focado no aprimoramento da experiência de compra dos(as) clientes; e inauguramos outras 44 lojas de Proximidade. Encerramos o ano com a abertura recorde de 72 unidades (entre novas e convertidas), como parte da nossa projeção (*guidance*) de abrir 300 novos pontos em três anos.

O trabalho para a retomada das fortalezas das nossas marcas, como a musicalidade e o bem-estar para o Pão de Açúcar, também foi um importante marco do período, com a retomada de ações esportivas e culturais que resgatam a visibilidade da marca e o vínculo emocional com os(as) consumidores(as).

No ano, também tivemos avanços importantes em inovação e digitalização, com a evolução dos aplicativos Pão de Açúcar e Clube Extra para que se tornem o grande hub de contato com os(as) nossos(as) clientes; a incorporação do motor logístico de James ao e-commerce, que nos permitiu aumentar de 40 para 70% o percentual de entregas realizadas no mesmo dia; nosso avanço com as entregas expressas em até 30 minutos a partir das lojas de proximidade, além da atuação com nossos canais próprios, para sermos o melhor parceiro e a melhor opção de compra em todos os pontos de contato com nossos(as) clientes. Outro marco de 2022 foi a parceria com o Google Cloud, o maior projeto de jornada em nuvem do varejo brasileiro, garantindo mais rapidez e integração de nossos processos e programas.

2022 também foi marcado pelo fortalecimento de nossos compromissos e diferentes iniciativas que englobam aspectos ambientais, sociais e de governança, fundamentais para a manutenção de um negócio sustentável, diverso e inclusivo.

Mesmo em um ano de transição, com reflexos na rentabilidade do negócio, o GPA Brasil proforma alcançou receita líquida de 17,3 bilhões e margem EBITDA ajustada de 7%, com previsão de chegar de 8 a 9% em 2024. Isso demonstra que estamos no caminho para a consolidação de um negócio cada vez mais saudável com resultados sustentáveis.

O ano de 2023 se mostra como promissor, considerando o trabalho que já realizamos. Sabemos que ainda temos importantes obstáculos a vencer para alcançarmos a excelência no atendimento, reconquistar o(a) cliente premium e ampliar nossos resultados de maneira rentável e sustentável. Continuamos firmes em nossa missão de nos reconectar com a nossa essência e nosso compromisso com o propósito de alimentar sonhos e vidas!

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente do GPA

Desempenho de Vendas

GPA BRASIL

Crescimento de venda mesmas lojas com evolução no número de clientes e aumento do tráfego em lojas

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	4T22/4T21		
	Vendas totais	Var. Total lojas	Var. Mesmas lojas ⁽²⁾
Pão de Açúcar	2.455	15,0%	6,7%
Mercado Extra/Compre Bem	1.694	15,5%	4,1%
Proximidade	729	23,5%	17,3%
Outros Negócios ⁽¹⁾	65	62,3%	n.d.
Novo GPA Brasil ex Postos	4.943	16,8%	7,3%
Postos	333	-28,8%	-28,4%
Novo GPA Brasil	5.277	12,3%	3,7%
Outros Negócios ⁽¹⁾ - Descontinuados	38	-17,7%	n.d.
GPA Brasil⁽²⁾	5.315	-33,0%	3,7%

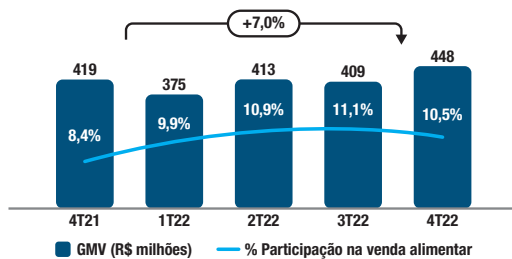
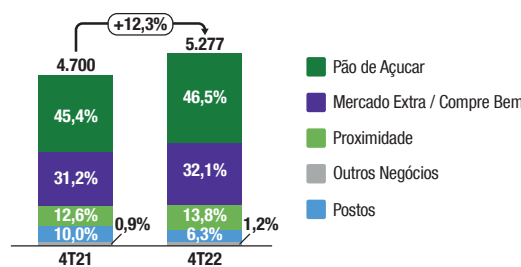
⁽¹⁾ Receitas provenientes principalmente do aluguel de galerias comerciais;

⁽²⁾ GPA Brasil não inclui o resultado de Stix Fidelidade, ChefTime e James Delivery;

⁽³⁾ Para refletir o efeito calendário foi reduzido 0,6 p.p. no 4T22.

As vendas totais do Novo GPA Brasil atingiram R\$ 5,3 bilhões no 4T22 e, excluindo postos, R\$ 4,9 bilhões, resultando em um crescimento de 16,8%, impulsionado pelas lojas convertidas dos hipermercados e pela consistente retomada do fluxo de clientes nas lojas nos últimos trimestres. Em vendas mesmas lojas o crescimento foi de 7,3% vs. 4T21, mostrando também uma melhora sequencial vs. 3T22, que registrou venda mesmas lojas de 6,6%. **Na bandeira Pão de Açúcar**, nossas vendas mesmas lojas atingiu 6,7% no 4T22 (vs. 5,5% no 3T22), estimulada, principalmente, pelo avanço na estratégia de aumento da penetração de percíveis, assim como pelo forte crescimento em mercearia básica. **No formato de Proximidade** seguimos com crescimento duplo dígito em vendas mesmas lojas de 17,3%, explicado pelo aumento contínuo no fluxo das lojas de passagem e maior número de lojas atendendo os parceiros de *last miles*. Nas bandeiras *mainstream*, **Mercado Extra** e **Compre Bem**, o crescimento de vendas mesmas lojas foi de 4,1%, com melhora em relação ao 3T22 (+2,0% YoY), diante da evolução no crescimento da bandeira Mercado Extra. No 4T22, ainda tivemos impacto negativo na venda mesmas lojas de postos como consequência da conversão das lojas para atacarejo após a transação com o Assai e, consequente, redução do fluxo de clientes no período que as lojas permaneceram fechadas para reformas, além da queda de 25% dos preços de combustíveis no 4T22 versus 4T21.

As vendas do formato proximidade ganharam 1,2 p.p. de representatividade vs. 4T21 (13,8% das vendas totais), seguida pela bandeira Pão de Açúcar que aumentou 1,1 p.p. vs. 4T21 (46,5% das vendas totais).



No e-commerce, nosso GMV foi de R\$ 448 milhões no 4T22, crescimento de 7,0% vs. 4T21, excluindo as vendas provenientes dos hipermercados no 4T21. Esse crescimento é explicado por uma série de melhorias, entre elas, o aumento dos pedidos com entrega no mesmo dia, ampliação das parcerias com plataformas externas, além de iniciativas para ganho de eficiência na operação e melhor experiência do cliente.

Os 6 pilares estratégicos do Novo GPA Brasil

Com base nos 6 pilares estratégicos da companhia, segue abaixo os destaques do 4T22. Os pilares de Rentabilidade e ESG estão descritos dentro de suas respectivas seções.



Top-line: roll-out das novas diretrizes estratégicas em termos de sortimento, precificação e redução de ruptura.

Em 2022 tivemos avanços relevantes em indicadores que sustentarão a aceleração do crescimento, sendo que no primeiro semestre de 2023 esperamos mais benefícios para a operação com o avanço dos projetos de revisão de sortimento, clusterização de lojas, *pricing* e gestão de categorias e estoques.

Em linha com as frentes de trabalho já em andamento, observamos melhorias em alguns importantes indicadores no trimestre:

- 60% das lojas Pão de Açúcar reformadas para o conceito G7;
- Redução do nosso nível de ruptura em 1,1 p.p. em relação ao 4T21;
- Aumento de 2,9 p.p. na participação de percíveis na venda total vs. 4T21. Na bandeira Pão de Açúcar, avanço de 4,2 p.p. vs. 4T21, chegando a uma participação de 47,9% no ano de 2022.

No primeiro semestre de 2023, avançamos com o *roll-out* dos projetos de revisão de sortimento, clusterização de lojas, *pricing* e gestão de categorias e estoques. Nos pilares realizados durante o 4T22 atingimos resultados promissores e renovamos nossa confiança para o potencial na aceleração do crescimento das mesmas lojas, melhoras das rupturas e perdas, e, principalmente, beneficiando a experiência dos nossos clientes.

Também neste trimestre continuamos o desenvolvimento do projeto *refresh*, que tem como objetivo melhorar a proposta de valor dos percíveis fazendo a redefinição do fluxo de mercadoria e exposição dos produtos em loja trazendo maior qualidade, variedade, frescor, disponibilidade de produtos expostos para o cliente e melhoria de rentabilidade com a redução da quebra. Esse projeto inclui também: i) a readequação de sortimento (um terço dessa readequação já foi finalizada, com previsão de conclusão total até o final do 1T23); e ii) o treinamento de colaboradores em loja - em andamento e previsto para ser finalizado também no 1T23. Com isso esperamos atingir nosso objetivo de aumentar cada vez mais nossa participação da categoria de percíveis na venda total, chegando em 53%.

Destacamos também a Stix, a plataforma de coalizão de fidelidade do GPA em sociedade com a Raia Drogasil que reúne as marcas Pão de Açúcar, Extra, Droga Raia e Drogasil, fechou 2022 com quatro milhões de clientes e a entrada de dois novos parceiros: Sodimac e Polishop. Em 2022, 91% dos clientes fizeram ativação do programa, sendo que 62% dos clientes utilizaram em dois ou mais parceiros. Foram 18,1 bilhões de pontos resgatados, dos quais 75% no GPA. Ressaltamos que 85% dos pontos resgatados no GPA foram utilizados como forma de pagamento ("Stix na caixa") nas lojas, demonstrando o forte potencial de fidelização da plataforma.

NPS: maximizar a satisfação do cliente.

Os clientes responderam de forma positivas os avanços no nosso plano estratégico, resultando em uma melhora relevante de 20 pontos no NPS global de nossas bandeiras na comparação 4T22 vs. 1T22.

Para mitigar os detritores do nosso NPS e melhorar a experiência de nossos clientes em nossas lojas, iniciamos um plano de ação completo para melhoria do nosso NPS, incluindo plano de redução de ruptura, treinamentos de polivalência e implementação de *self check-out*. No trimestre implementamos *self check-outs* em 48 lojas e ao final do 4T22 tínhamos *self check-outs* em 82% das lojas de supermercado e em 32% das lojas de proximidade.

Com essas iniciativas, na comparação com o início de 2022, observamos uma **evolução de 20 pontos em nosso NPS**, com ganhos significativos *self* observados nas duas principais bandeiras de supermercado do grupo: Pão de Açúcar e Mercado Extra.

Digital: ser a melhor experiência de compra nos canais próprios e ser o melhor parceiro e a melhor opção de compra nos marketplaces.

Em 2022, o e-commerce apresentou crescimento de 15% vs. 2021, com melhorias significativas no nível de serviço.

Somos líderes de *delivery* alimentar do Brasil, com R\$ 1,7 bilhão em vendas em 2022, sendo 50% destas realizadas em nosso e-commerce próprio (1P). Temos mais de 600 lojas com operação digital, mais de 130 *start-ups* trabalhando no ecossistema do GPA e aproximadamente 30 milhões de clientes cadastrados em nossa base. Além disso, 85% das nossas vendas são identificadas e aproximadamente 70% das nossas vendas são entregues no mesmo dia (*same-day delivery*).

Para sustentar nosso crescimento digital estamos focados: i) no aumento de sortimento, principalmente em percíveis; ii) na maior disponibilidade de horários para entrega; e iii) na entrega rápida. Em linha com essas iniciativas, no 4T22 tivemos como destaque:

- Entrega a partir de 60 minutos ("Pra Já") disponível em 200 lojas;
- Melhoria da entrega no mesmo dia de 40% para 70% dos pedidos em 2022;
- Aceleração da operação *express* (até 30 minutos) com o iFood presente em 62 das lojas de proximidade;
- Ampliação da parceria com a Magazine Luiza e entrada das operações com a Shopee e iFood Shopping;
- Aumento

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56



★ continuação

Desempenho Financeiro

GPA BRASIL

Temos duas visões para o resultado do GPA Brasil, para melhor análise dos nossos negócios: a visão contábil e a visão pro forma. Na aplicação do IFRS/CPC 31 "Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada", relacionadas com a operação de hipermercados, certas despesas registradas no Lucro Bruto, Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas não podem ser reclassificadas para o lucro líquido das operações descontinuadas no contábil por serem somente parcialmente relacionadas às operações descontinuadas. Desta forma, este ratião foi efetuado somente para fins de "pro forma" e deverá cessar à medida que as despesas atingirem seu novo nível recorrente.

GPA BRASIL¹

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Brasil ⁽¹⁾					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	5.277	4.700	12,3%	18.452	17.317	6,6%
Receita Líquida	4.883	4.401	10,9%	17.250	16.228	6,3%
Lucro Bruto	1.090	1.179	-7,5%	4.228	4.297	-1,6%
Margem Bruta	22,3%	26,8%	-4,5 p.p.	24,5%	26,5%	-2,0 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(830)	(887)	-6,5%	(3.208)	(3.126)	2,6%
% da Receita Líquida	17,0%	20,2%	-3,2 p.p.	18,6%	19,3%	-0,7 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	48,6%	44	47	-7,6%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	296	325	-8,9%	1.160	1.350	-14,1%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	6,1%	7,4%	-1,3 p.p.	6,7%	8,3%	-1,6 p.p.

⁽¹⁾ GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheffime e James Delivery);⁽²⁾ Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.GPA BRASIL¹ - PRO FORMA

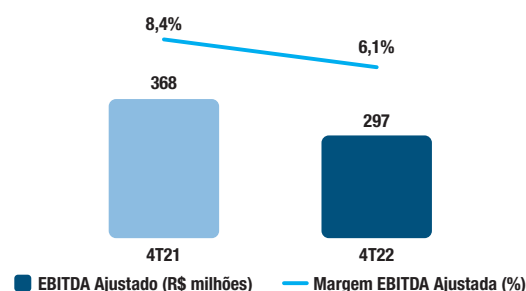
R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Brasil ⁽¹⁾					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	5.277	4.700	12,3%	18.452	17.317	6,6%
Receita Líquida	4.883	4.401	10,9%	17.250	16.228	6,3%
Lucro Bruto	1.090	1.178	-7,5%	4.247	4.291	-1,0%
Margem Bruta	22,3%	26,8%	-4,5 p.p.	24,6%	26,4%	-1,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(830)	(845)	-1,8%	(3.192)	(3.049)	4,7%
% da Receita Líquida	17,0%	19,2%	-2,2 p.p.	18,5%	18,8%	-0,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	48,6%	44	47	-7,6%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	297	368	-19,4%	1.200	1.427	-15,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	6,1%	8,4%	-2,3 p.p.	7,0%	8,8%	-1,8 p.p.

⁽¹⁾ GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheffime e James Delivery);⁽²⁾ Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

O **Lucro Bruto** do GPA Brasil totalizou R\$ 1,1 bilhão no trimestre com margem de 22,3%, retração de 4,5 p.p. na comparação com o 4T21, principalmente explicada pela alta inflação de alimentos de dois dígitos com impacto nos custos de mercadorias, de mão de obra transformadora de mercadorias e do custo de transporte para abastecimento das lojas, somada ao não repasse no preço de venda da totalidade da inflação do período.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 830 milhões no trimestre, diminuição de 1,8% quando comparado com o mesmo período de 2021. Em relação à receita líquida, representaram 17,0%, uma diluição de 2,2 p.p. vs. 4T21. Essa diluição se concentra na linha de despesas gerais e administrativas com a reestruturação realizada na sede após a transação dos hipermercados e em eficiências capturadas em despesas de operação. Com isso reduzimos o percentual das despesas gerais e administrativas/receita líquida de 3,5% no 4T21 para 2,8% no 4T22 e mantemos o foco para continuar essa diluição com base nos projetos em andamento. No ano de 2022, as despesas com vendas gerais e administrativas totalizaram R\$ 3,2 bilhões, atingindo 18,5% da receita líquida.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou R\$ 10 milhões no 4T22, aumento de 48,6% vs. 4T21, refletindo o aumento de receita das operações da FIC no período. No ano de 2022 a equivalência patrimonial foi de R\$ 44 milhões.



Como resultado dos efeitos mencionados acima, o **EBITDA Ajustado** do GPA Brasil foi de R\$ 297 milhões e margem EBITDA ajustada de 6,1%, com redução de 2,3 p.p. vs. 4T21 e em linha em relação ao 3T22. Em 2022, o EBITDA Ajustado do GPA Brasil foi de R\$ 1,2 bilhão e margem EBITDA ajustada de 7,0%. O GPA Brasil continua seu processo de recuperação de rentabilidade focado em três linhas principais do resultado:

1) Margem comercial com foco em três iniciativas:

- Negociações com fornecedores baseada: (i) na revisão do sortimento e participação estratégica das categorias nas lojas; (ii) no aumento da contribuição no custo de abastecimento entre CDs e lojas; e (iii) na revisão das verbas de crescimento diante do plano de expansão de novas lojas;
- Aumento de participação de perecíveis, com o objetivo do incremento de penetração na marca Pão de Açúcar de 48% para 53%;
- Melhor equilíbrio do mix promocional, com redução do *promoshare* e utilização crescente de inteligência de dados para personalização de ofertas.

2) Redução da quebra com revisão total do processo de gestão de mercadorias e de definição do sortimento:

- Revisão do sortimento alinhada com a jornada de compra dos clientes resultando em aumento do giro do estoque;
- Aprimoramento do abastecimento com redução do pedido mínimo alinhado ao sortimento e cluster das lojas;
- Organização e liderança com times dedicados para a gestão de mercadorias dentro da loja;
- Processos nas lojas suportado por treinamentos técnicos para a gestão de perecíveis, equipamentos de segurança para evitar furtos e reforço nos inventários rotativos para garantir fiabilidade dos estoques.

3) Despesas:

- Readequação da estrutura da sede/TI/CDs pós-transação dos hipermercados, com *resizing* dos times no escopo corporativo (100% já concluído) e redução de tamanho de 4 CDs;
- Produtividade com novas tecnologias, abrangendo treinamento de polivalência em loja e *roll-out* dos *self check-outs* no formato de supermercado;
- Orçamento base zero, que engloba todas as despesas operacionais;
- Diluição por expansão, através da abertura de 300 novas lojas de supermercado e proximidade de 2022 até 2024.

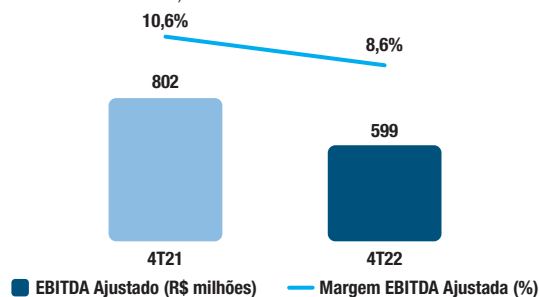
GRUPO ÉXITO (Pré-IFRS 5)

R\$ milhões, exceto quando indicado (Pré-IFRS 5)	Grupo Éxito					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	7.846	8.419	-6,8%	28.337	27.264	3,9%
Receita Líquida	6.959	7.541	-7,7%	25.176	24.357	3,4%
Lucro Bruto	1.770	2.001	-11,6%	6.387	6.291	1,5%
Margem Bruta	25,4%	26,5%	-1,1 p.p.	25,4%	25,8%	-0,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.189)	(1.216)	-2,3%	(4.493)	(4.263)	5,4%
% da Receita Líquida	17,1%	16,1%	1,0 p.p.	17,8%	17,5%	0,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	(7)	(12)	-41,7%	(42)	10	-506,6%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	599	802	-25,3%	1.959	2.153	-9,0%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	8,6%	10,6%	-2,0 p.p.	7,8%	8,8%	-1,0 p.p.

⁽¹⁾ Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

O **Lucro Bruto** do Grupo Éxito no 4T22 totalizou R\$ 1,8 bilhão (-11,6% YoY) com margem de 25,4%, 1,1 p.p. inferior vs. 4T21, o impacto observado pode ser explicado por efeito pontual no trimestre, aproximadamente, 1 p.p. explicado por efeito pontual no trimestre, com o ajuste do saldo de estoque. As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 1,2 bilhão no 4T22, representando 17,1% da receita líquida, aumento de 1,0 p.p. vs. o mesmo período de 2021 devido, principalmente, ao aumento dos níveis de inflação nos três países de atuação.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou um prejuízo de R\$ 7 milhões no 4T22, que reflete o resultado da participação de 50% detida em Pontos Colombia e na financeira Tuya, com maior nível de provisão no trimestre (ambas *joint venture* com Bancolombia).



O **EBITDA Ajustado** do 4T22 totalizou R\$ 599 milhões, retração de 25,3% comparado ao 4T21. A margem EBITDA ajustada recuou 2,0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 8,6%, devido aos impactos mencionados acima.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADO

No trimestre as Outras Receitas e Despesas atingiram R\$ (315) milhões impactadas, principalmente, por elementos excepcionais que totalizaram R\$ (284) milhões e R\$ (31) milhões relacionados, principalmente, a contingências. Abaixo o destaque dos elementos excepcionais ocorridos no trimestre:

- R\$ (132) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS. Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema;
- R\$ (99) milhões referente a complemento do saldo de provisões para demandas trabalhistas, com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, foi observada tendência de queda de novas ações trabalhistas desde o 3T22; e
- R\$ (53) milhões referente a despesas com reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas.

RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receitas Financeiras	306	91	236,4%	762	274	177,7%
Despesas Financeiras	(269)	(202)	33,0%	(1.119)	(580)	93,0%
Custo da Dívida	(202)	(170)	18,6%	(863)	(441)	95,6%
Custo de Antecipação de Recebíveis	(19)	(1)	1989,4%	(54)	(2)	2680,0%
Outras Despesas Financeiras	(44)	(31)	39,8%	(195)	(136)	43,4%
Variação Cambial Líquida	(4)	-	-1806,2%	(8)	(1)	931,6%
Resultado Financeiro Líquido	37	(111)	-133,2%	(357)	(305)	16,9%
% Receita Líquida	0,8%	-2,5%	3,3 p.p.	-2,1%	-1,9%	-0,2 p.p.
Juros sobre Passivo de Arrendamento	(109)	(83)	30,5%	(393)	(317)	23,9%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16	(72)	(195)	-63,1%	(750)	(622)	20,5%
% Receita Líquida - Pós IFRS 16	-1,5%	-4,4%	2,9 p.p.	-4,3%	-3,8%	-0,5 p.p.

No 4T22, o resultado financeiro líquido do GPA Consolidado totalizou R\$ 37 milhões no trimestre, equivalente a 0,8% da receita líquida (vs. -2,5% no 4T21). Incluindo os juros sobre o passivo de arrendamento, o montante alcançou R\$ (72) milhões, representando -1,5% da receita líquida. No 4T22, as receitas financeiras foram impactadas por efeito excepcional de R\$ 186 milhões, referente a atualização de créditos fiscais. Excluindo essa excepcionalidade, o resultado financeiro seria R\$ (258) milhões.

As principais variações no resultado financeiro do trimestre foram:

- Receitas financeiras totalizaram R\$ 306 milhões e R\$ 120 milhões excluindo os efeitos excepcionais (vs. R\$ 91 milhões no 4T21), explicadas principalmente pela correção monetária relacionada a cessão do Extra Hiper.
- Despesas financeiras (incluindo custo de antecipação de recebíveis): apresenta variação de R\$ (67) milhões (R\$ (269) milhões vs. R\$ (202) milhões) devido ao maior custo de dívida em função do aumento do CDI no período.

DÍVIDA LÍQUIDA

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de Curto Prazo	(1.001)	(1.470)
Empréstimos e Financiamentos	(980)	(381)
Debêntures	(21)	(1.089)
Dívida de Longo Prazo	(4.861)	(7.582)
Empréstimos e Financiamentos	(2.204)	(4.058)
Debêntures	(2.657)	(3.524)
Total da Dívida Bruta	(5.862)	(9.051)
Caixa e Aplicações Financeiras	3.752	8.274
Dívida Líquida	(2.110)	(778)
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados	84	80
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados	(2.027)	(698)
EBITDA Ajustado	897	1.162
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito Não Antecipados / EBITDA Ajustado⁽¹⁾	-2,3x	-0,6x

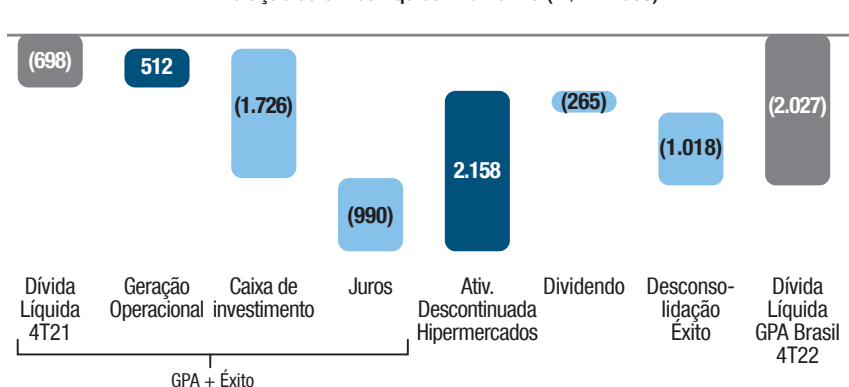
⁽¹⁾ EBITDA Ajustado pós-IFRS 16, acumulado últimos 12 meses

Cabe ressaltar, que a dívida líquida do GPA consolidada considera, a partir do 4T22, as operações continuadas Brasil, excluindo, portanto, as operações do Grupo Éxito que estão consideradas como operações descontinuadas.

A dívida líquida incluindo o saldo total de recebíveis não antecipados no GPA Brasil alcançou R\$ (2,0) bilhões, demonstrando sólida situação financeira, com alavancagem de 2,3x no 4T22. A posição de caixa do fim do trimestre foi de R\$ 3,8 bilhões, 3,8x a dívida de curto prazo da companhia.

Nos últimos 12 meses o GPA Brasil mais Grupo Éxito geraram fluxo de caixa operacional de R\$ 0,6 bilhão. No perímetro descontinuado Hipermercados, apresentou variação positiva de R\$ 2,2 bilhões, devido, principalmente, a antecipação de recebíveis da venda dos hipermercados em linha com a estratégia de redução da alavancagem financeira da Companhia. Adicionalmente, para cálculo da dívida líquida do perímetro Brasil, realizamos a desconsolidação do caixa e dívida bruta do Éxito.

Evolução da dívida líquida Pro Forma (R\$ milhões)



INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	115	34	243,4%	208	79	164,0%
Reformas, Conversões e Manutenções	109	107	1,5%	541	356	51,9%
TI, Digital e Logística	95	14	589,4%	369	295	25,3%
Total Investimentos GPA Brasil	319	154	106,7%	1.118	730	53,2%
Total Investimentos Grupo Éxito (Pré-IFRS 5)	191	203	-5,9%	507	539	-5,9%
Total Investimentos Consolidado (Éxito Pré-IFRS 5)	509	357	42,8%	1.625	1.269	28,1%

O Capex totalizou R\$ 509 milhões no 4T22, sendo R\$ 319 milhões no Brasil e R\$ 191 milhões no Grupo Éxito. No Brasil, o foco continua sendo o plano de expansão para inauguração de 300 novas lojas até 2024. Além disso, continuamos as reformas para o ajuste de portfólio da bandeira Pão de Açúcar para o nosso último modelo G7 e realizamos investimentos em TI, digital e logística visando, principalmente, o aumento da nossa penetração no e-commerce. No Grupo Éxito, cerca de 71% em moeda local foi destinado às atividades de expansão, inovação, omnicanal e transformação digital no período, e o restante, à manutenção e suporte de estruturas operacionais, atualização de sistemas de TI e logística.

ESG NO GPA - Agenda com e pela sociedade e o meio ambiente

A partir da nossa estratégia de sustentabilidade e dos pilares de atuação do GPA, seguemos os principais destaques do 4T22:

GPA BRASIL

- Promoção da diversidade e inclusão:** No 4T22, superamos a meta de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) estabelecida para o ano em 0,8 p.p., alcançando 38,3%, em linha com o compromisso de 40% em 2025 e encerramos mais uma turma do Programa de Liderança Feminina que, desde seu início - em 2019, já formou mais de 700 mulheres, sendo que 20% já foram promovidas. Reforçando nosso compromisso com a equidade racial, lançamos mais uma turma do Programa de Estágio para Negros e Negras com mais de 20 vagas afirmativas para diferentes áreas de negócio;
- Combate às mudanças climáticas:** no âmbito de redução de emissões de gases de efeito estufa (escopo 1 e 2), atingimos 97% da energia de média tensão consumida nas lojas proveniente de fontes renováveis (Mercado Livre), em linha com a meta de alcançar 100% em 2024, e reduzimos nossas emissões (escopo 1 e 2) em mais de 40%, em comparação ao ano base 2015, adiando nossa meta prevista para 2030, a partir dos esforços de substituição de gases mais poluentes por menos poluentes e de manutenções nos equipamentos;
- Transformação na cadeia de valor:** Em linha com nosso compromisso público de alcançar 100% das vendas de nossos ovos de Marcas Exclusivas provenientes de criação de galinhas livres de gaiolas até 2025 e de todas as marcas em 2028, superamos as metas anuais estabelecidas, finalizando o 4T22 com 51,9% de vendas de ovos de Marcas Exclusivas sendo de galinhas livres de gaiola, e 40,2% de venda de ovos de todas as marcas também de galinhas livres de gaiola. Para reforçar nosso compromisso com a preservação da biodiversidade, lançamos também nesse trimestre, nossa Política Socioambiental de Compras de Pescados que define as diretrizes das relações comerciais, do monitoramento dos(as) fornecedores(as) e de espécies, bem como regras de inspeção de espécies sob risco de extinção;
- Impacto social e promoção de oportunidades:** Fechamos o 4T22 com mais de 4,2 milhões de refeições complementadas a partir da doação de frutas, verduras e legumes que não estão esteticamente atrativas para a venda, mas em condições de consumo para bancos de alimentos e organizações sociais parceiras. Além disso, por meio das campanhas de arrecadação em loja, foram mais de 2 mil toneladas de alimentos doadas para mais de 130 organizações sociais parceiras do Instituto GPA em todo o Brasil. Finalizamos a 5ª turma de 2022 do projeto Mãos na Massa com a formação durante o ano de 80 alunos em cursos básicos de padaria e confeitaria, contribuindo com o ingresso no mercado de trabalho;
- Compromisso com Ética e Transparência:** Evoluímos nossa participação nos diferentes índices de mercado, aprimorando nossa pontuação e nos mantendo na Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3) e do modelo Carulla Fresh Market e 1 para o modelo Surtimax, além da abertura de 8 novas lojas orgânicas: 4 do modelo Surtimax, 2 Surtimax e 2 lojas Éxito. No Uruguai foram abertas 5 novas lojas da bandeira Devoto e na Argentina tivemos 4 aberturas da bandeira Mayorista.

GRUPO ÉXITO

- Zero desnutrição:** 60.046 crianças beneficiadas em 2022 nos programas da Fundação Éxito ligados ao combate à desnutrição infantil crônica de crianças até 5 anos. Esse número de beneficiados teve um aumento de cerca de 32% entre o 3T22 e o 4T22, ultrapassando o objetivo do 60 mil de crianças atendidas em 2022. Foram mais de 200 mil cestas básicas entregues em 2022;
- Comércio sustentável:** alcançamos 88% dos fornecedores de Frutas e Verduras provenientes de produção na Colômbia;
- Meu planeta:** O volume de reciclagem de fundo de loja alcançou 20.517 toneladas de materiais recicláveis coletados em 2022. Em relação ao volume de reciclagem das estações de reciclagem (resíduos depositados por clientes), o volume ultrapassou cerca de 986 toneladas de resíduos reciclados pós-consumo em 2022, superando a meta de 879 toneladas. Esses resíduos, além de serem reciclados, são fonte de recursos para os projetos da Fundação Éxito.

MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRAS

No 4T22 abrimos 29 novas lojas do formato Minuto Pão de Açúcar, 4 do formato Pão de Açúcar e 6 novas lojas da bandeira Mini Extra, dando continuidade ao nosso plano de expansão que prevê 300 novas lojas até 2024. Finalizamos o ano de 2022 com 72 novas lojas inauguradas. No Grupo Éxito fechamos 4 lojas para conversão na Colômbia e abrimos 5 lojas convertidas no país: 4 para o modelo Carulla Fresh Market e 1 para o modelo Surtimax, além da abertura de 8 novas lojas orgânicas: 4 do modelo Surtimax, 2 Surtimax e 2 lojas Éxito. No Uruguai foram abertas 5 novas lojas da bandeira Devoto e na Argentina tivemos 4 aberturas da bandeira Mayorista.

	3T22	4T22					
	Nº de Lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de Lojas	Área de vendas m² (mil)
GPA Brasil	699	39	1	-3	-1	735	640
Pão de Açúcar	190	4	-	-	-	194	272

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56



→ continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL

(R\$ milhões)	ATIVO					
	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil ⁽¹⁾		Grupo Êxito	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo Circulante	28.559	17.873	7.632	9.899	20.809	7.871
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.752	8.274	3.708	4.706	-	3.492
Contas a Receber	417	831	352	340	-	484
Cartões de Crédito	84	79	83	79	-	-
Tickets de vendas e duplicatas a receber	293	722	229	198	-	517
Provisão para Devedores Duvidosos	(2)	(35)	(2)	-	-	(35)
Provenientes de Acordos Comerciais	42	65	42	63	-	2
Estoques	2.046	5.257	2.046	2.340	-	2.916
Tributos a Recuperar	1.114	1.743	1.113	1.108	-	634
Ativos Disponíveis para Venda	20.843	1.187	34	1.153	20.809	34
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	387	581	378	252	-	311
Ativo Não Circulante	15.280	31.570	15.204	13.794	-	17.694
Realizável a Longo Prazo	5.617	4.966	5.604	4.731	-	261
Contas a Receber	-	1	-	1	-	-
Cartões de Crédito	-	1	-	1	-	-
Tributos a Recuperar	2.808	2.410	2.808	2.410	-	3.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	922	581	909	567	-	-
Partes Relacionadas	301	517	301	447	-	111
Depósitos para Recursos Judiciais	759	731	759	730	-	-
Despesas Antecipadas e Outros	827	725	828	575	-	150
Investimentos	833	1.253	833	791	-	463
Propriedades para Investimento	-	3.254	-	-	-	3.254
Imobilizado	6.844	16.344	6.843	6.332	-	10.004
Intangível	1.986	5.753	1.924	1.941	-	3.711
TOTAL DO ATIVO	43.839	49.443	22.836	23.693	20.809	25.565

(R\$ milhões)	PASSIVO					
	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil ⁽¹⁾		Grupo Êxito	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Passivo Circulante	17.747	16.550	6.314	7.528	11.260	8.852
Fornecedores	3.123	10.078	3.109	3.715	-	6.330
Empréstimos e Financiamentos	980	381	980	154	-	227
Debêntures	21	1.089	21	1.089	-	-
Passivo de Arrendamento	490	895	489	547	-	347
Salário e Encargos Sociais	294	809	284	413	-	382
Impostos e Contribuições a Recolher	364	581	363	303	-	276
Financiamento Compra de Imóveis	112	182	112	84	-	98
Partes Relacionadas	335	370	329	258	-	90
Propaganda	14	27	14	26	-	-
Provisão para Reestruturação	11	122	11	118	-	4
Receitas a apropriar	156	383	27	46	-	243
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	11.487	62	227	62	11.260	-
Outros	360	1.571	347	711	-	855
Passivo Não Circulante	12.359	16.512	12.358	12.669	4.020	10.400
Empréstimos e Financiamentos	2.204	4.059	2.204	3.039	-	1.020
Debêntures	2.657	3.524	2.657	3.524	-	-
Passivo de Arrendamento	3.547	5.223	3.546	3.339	-	1.883
Financiamento por compra de ativos	-	68	-	-	-	68
Partes Relacionadas	23	96	23	96	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1	935	-	6	-	927
Impostos Parcelados	55	153	55	148	-	5
Provisão para Demandas Judiciais	2.629	1.442	2.629	1.333	-	109
Receitas a apropriar	97	65	97	65	-	-
Provisão para perda de investimento em associadas	863	689	863	689	-	-
Outros	283	259	285	231	-	28
Patrimônio Líquido	13.733	16.381	4.164	3.696	9.548	12.673
Atribuído aos Acionistas Controladores	11.545	13.650	4.164	3.696	7.363	9.943
Capital Social	5.861	5.859	5.861	5.859	-	-
Reservas de Capital	318	291	318	291	-	-
Reservas de Lucro	7.118	6.925	(263)	(3.029)	9.414	10.973
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	(1.752)	574	(1.752)	574	(2.051)	(1.031)
Participação de Acionistas Não Controladores	2.188	2.731	-	-	2.185	2.730
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.839	49.443	22.836	23.693	20.809	25.565

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 4º TRIMESTRE DE 2022

(R\$ Milhões)	Consolidado ⁽¹⁾								
	4T22			4T21			Grupo Êxito		
	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21	
Receita Bruta	13.141	13.144	0,0%	5.277	4.700	12,3%	7.846	8.419	-6,8%
Receita Líquida	11.859	11.966	-0,9%	4.883	4.401	10,9%	6.959	7.541	-7,7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.931)	(8.706)	2,6%	(3.767)	(3.195)	17,9%	(5.165)	(5.511)	-6,3%
Depreciação (Logística)	(52)	(57)	-8,8%	(27)	(28)	-2,6%	(25)	(29)	-14,7%
Lucro Bruto	2.876	3.203	-10,2%	1.090	1.179	-7,5%	1.770	2.001	-11,6%
Despesas com Vendas	(1.597)	(1.676)	-4,7%	(693)	(734)	-5,6%	(895)	(930)	-3,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(444)	(455)	-2,5%	(137)	(153)	-10,6%	(293)	(286)	2,4%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.041)	(2.131)	-4,2%	(830)	(887)	-6,5%	(1.189)	(1.216)	-2,3%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	(52)	(11)	378,0%	10	6	48,6%	(7)	(12)	-41,7%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(486)	(107)	355,3%	(303)	(28)	963,5%	(171)	(78)	119,4%
Depreciação e Amortização	(412)	(409)	0,7%	(240)	(205)	17,2%	(167)	(200)	-16,5%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	(114)	545	-121,0%	(273)	65	-521,1%	236	494	-52,3%
Receitas Financeiras	340	168	102,1%	304	95	220,8%	35	72	-51,3%
Despesas Financeiras	(565)	(449)	25,8%	(376)	(289)	30,3%	(188)	(158)	18,9%
Resultado Financeiro Líquido	(225)	(281)	-19,9%	(72)	(194)	-62,8%	(153)	(86)	77,3%
Lucro (Prejuízo) Operacional antes I.R.	(340)	264	-228,7%	(345)	(129)	167,0%	82	408	-79,8%
Imposto de Renda	(198)	237	-183,8%	150	430	-65,1%	(348)	(191)	82,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(538)	501	-207,5%	(195)	301	-164,8%	(266)	217	-222,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(523)	341	-253,2%	(523)	341	-253,2%	-	-	-100,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	(1.061)	842	-226,0%	(718)	642	-211,8%	(266)	217	-222,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade⁽³⁾	(579)	435	-233,1%	(195)	301	-164,8%	(307)	153	-300,1%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores op. descontinuadas ⁽³⁾	(523)	341	-253,2%	(523)	341	-253,2%	-	-	-100,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	(1.102)	777	-241,9%	(718)	642	-211,8%	(307)	153	-300,1%
Participação de Acionistas Não Controladores op. em continuidade	41	65	-37,0%	-	-	-	41	64	-35,4%
Participação de Acionistas Não Controladores op. descontinuadas	-	-	-100,0%	-	-	-	-	-	-100,0%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	41	65	-37,0%	-	-	-	41	64	-35,4%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	349	1.011	-65,4%	(6)	297	-102,1%	428	724	-40,9%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	835	1.118	-25,3%	296	325	-8,9%	599	802	-25,3%

% da Receita Líquida	Consolidado ⁽¹⁾							
	4T22			4T21			Grupo Êxito	
	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21
Lucro Bruto	24,3%	26,8%	-2,3%	22,3%	26,8%	-4,5%	25,4%	26,5%
Despesas com Vendas	-13,5%	-14,0%	0,5%	-14,2%	-16,7%	2,5%	-12,9%	-12,9%
Despesas Gerais e Administrativas	-3,7%	-3,8%	0,1%	-2,8%	-3,5%	0,7%	-4,2%	-3,8%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-17,2%	-17,8%	0,6%	-17,0%	-20,2%	3,2%	-17,1%	-16,1%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	-0,4%	-0,1%	-0,3%	0,2%	0,1%	0,1%	-0,1%	-0,2%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-4,1%	-0,9%	-3,2%	-6,2%	-0,6%	-5,6%	-2,5%	-1,0%
Depreciação e Amortização	-3,5%	-3,4%	-0,1%	-4,9%	-4,6%	-0,3%	-2,4%	-2,7%
EBIT-Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	-1,0%	4,6%	-5,6%	-5,6%	1,5%	-7,1%	3,4%	6,6%
Resultado Financeiro Líquido	-1,9%	-2,4%	0,5%	-1,5%	-4,4%	2,9%	-2,2%	-1,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional antes I.R.	-2,9%	2,2%	-5,1%	-7,1%	-2,9%	4,2%	1,2%	5,4%
Imposto de Renda	-1,7%	2,0%	-3,7%	3,1%	9,8%	-6,7%	-5,0%	-2,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - Operações em Continuidade	-4,5%	4,2%	-8,7%	-4,0%	6,8%	-10,8%	-3,8%	2,9%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	-8,9%	7,0%	-15,9%	-14,7%	14,6%	-29,3%	-3,8%	2,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - Op. em Continuidade ⁽³⁾	-4,9%	3,6%	-8,5%	-4,0%	6,8%	-10,8%	-4,4%	2,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	-9,3%	6,5%	-15,8%	-14,7%	14,6%	-29,3%	-4,4%	2,0%
Participação de Acionistas Não Controladores - Op. em Continuidade	0,3%	0,5%	-0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,8%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,3%	0,5%	-0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,6%	0,8%
EBITDA - Lucro Oper. antes da Depr., Result. Financeiro e Impostos	2,9%	8,4%	-5,5%	-0,1%	6,7%	-6,8%	6,1%	9,6%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	7,0%	9,3%	-2,3%	6,1%	7,4%	-1,3%	8,6%	10,6%

(1) Resultado consolidado considera os resultados das operações continuadas do GPA Brasil, as operações do Grupo Êxito Pré IFRS 5 (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount;

(2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de CDiscount no Consolidado;

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores;

(4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2022

(R\$ Milhões)	Consolidado ⁽¹⁾								
	2022			2021			Grupo Êxito		
	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	46.868	44.662	4,9%	18.452	17.317	6,6%	28.337	27.264	3,9%
Receita Líquida	42.496	40.655	4,5%	17.2					

★ continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais)											
	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021			31.12.2022	31.12.2021		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.632	4.662	3.751	8.274	Fornecedores	16	2.515	2.961	2.528	6.772
Contas a receber	7	344	330	417	831	Fornecedores convênio	16	595	690	595	3.306
Outras contas a receber	8	254	98	279	294	Empréstimos e financiamentos	17	1.001	1.243	1.001	1.470
Estoques	9	2.046	2.232	2.046	5.257	Passivo de arrendamento	22	488	546	490	895
Tributos a recuperar	10	1.074	1.048	1.114	1.743	Salários e encargos sociais	19	282	394	294	808
Dividendos a receber		-	16	-	16	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	340	278	363	580
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	-	19	Partes relacionadas	11	446	388	335	371
Outros ativos circulantes		105	111	109	251	Dividendos propostos	24.3	1	81	1	112
		7.455	8.497	7.716	16.685	Financiamento por compra de ativos		112	84	112	182
Ativos mantidos para venda ou distribuição	32	7.397	1.153	20.843	1.187	Receitas a apropriar	23	27	44	156	383
Total do ativo circulante		14.852	9.650	28.559	17.872	Repasse a terceiros		-	2	-	15
Não circulante						Aquisição de participação minoritária	18.3	-	-	-	701
Contas a receber	7	-	1	-	1	Outros passivos circulantes		370	768	385	893
Outras contas a receber	8	726	490	727	558	Passivos sobre ativos mantidos para venda ou distribuição	32	227	62	11.487	62
Tributos a recuperar	10	2.796	2.399	2.808	2.410	Total do passivo circulante		6.404	7.541	17.747	16.550
Instrumentos financeiros derivativos	18.1	-	1	-	6	Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	890	550	922	581	Empréstimos e financiamentos	17	4.862	6.563	4.862	7.582
Partes relacionadas	11	497	692	301	517	Passivo de arrendamento	22	3.542	3.335	3.547	5.223
Depósitos judiciais	21.7	746	717	759	731	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	-	935
Outros ativos não circulantes	12	100	85	100	162	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	19	55	148	55	153
Investimentos em controladas e associadas	13	932	11.059	833	1.254	Partes relacionadas	11	23	96	23	96
Propriedades para investimento	13	-	-	-	3.254	Provisão para demandas judiciais	21	2.613	1.315	2.629	1.442
Imobilizado	14	6.826	6.067	6.844	16.344	Receitas a apropriar	23	97	65	97	65
Intangíveis	15	1.921	1.935	1.986	5.753	Provisão para perdas de investimento em associadas	12	863	703	863	689
Total do ativo não circulante		15.434	23.996	15.280	31.571	Outros passivos não circulantes		282	231	283	328
						Total do passivo não circulante		12.337	12.456	12.359	16.513
						Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas controladores	24				
						Capital social		5.861	5.859	5.861	5.859
						Reservas de capital		318	291	318	291
						Reservas de lucros		7.118	6.925	7.118	6.925
						Outros resultados abrangentes		(1.752)	574	(1.752)	574
						Participação de acionistas não controladores		11.545	13.649	11.545	13.649
						Total do patrimônio líquido					
						Total do passivo e patrimônio líquido		30.286	33.646	43.839	49.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhões de reais)

	Reservas de capital				Reserva de lucros				Outras reservas	Lucros (prejuízo) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Outras reservas	Opções de compra	Ações em tesouraria	Legal	Expansão	Retenção de lucros	Reserva de Subvenção						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.434	7	472	(7)	665	4.444	921	67	-	-	1.692	13.695	3.112	16.807
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	-	802	158	960
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.116)	(1.116)	(289)	(1.405)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	(1)	(3)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	802	(1.118)	(316)	(132)	(448)
Aumento de capital social (nota nº 24)	209	-	-	-	-	(200)	-	-	-	-	-	9	-	9
Transferência entre capital social e reservas de capital (nota nº 24)	216	(7)	(209)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria cedidas (nota nº 24)	-	2	-	6	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Opções de ações outorgadas (nota nº 24)	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	26
Apropriação de lucro líquido para reserva legal (nota nº 24)	-	-	-	-	40	-	-	-	-	(40)	-	-	-	-
Constituição de reserva (nota nº 24)	-	-	-	-	-	(1.601)	-	2.282	-	-	(681)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(68)	-	-	-	-	(68)	-	-	(68)
Dividendos mínimos obrigatórios (nota nº 24.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)	-	-	(81)
Dividendos declarados aos não controladores (nota nº 24.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)	(207)
Valorização PUT subsidiária Disco (nota nº 18.3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	(70)
Correção por hiperinflação de controlada (Nota nº 3.5)	-	-	-	-	-	-	-	388	-	-	-	388	16	404
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-	-	(12)	-	12	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.859	2	289	(1)	705	2.575	1.300	2.349	(3)	-	574	13.649	2.731	16.380
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.859	2	289	(1)	705	2.575	1.300	2.349	(3)	-	574	13.649	2.731	16.380
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)	-	(172)	168	(4)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota nº 24.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.334)	(2.334)	(596)	(2.930)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	8	(2)	6
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(172)	(2.326)	(2.498)	(430)	(2.928)
Aumento de capital social (nota nº 24)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	-	2
Opções de ações outorgadas (nota nº 24)	-	-	27	-	-	-	-	-	-	-	27	27	-	27
Constituição de reserva (nota nº 24)	-	-	-	-	-	(235)	-	235	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(14)	-	-	-	-	(14)	-	-	(14)
Dividendos declarados aos não controladores (nota nº 24.4) (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(225)	(225)
Valorização PUT subsidiária Disco (nota nº 18.3) (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	43
Correção por hiperinflação de controlada (Nota nº 3.5) (**)	-	-	-	-	-	-	-	636	-	-	636	636	73	709
Transações com acionistas (**)(**)	-	-	-	-	-	-	-	(248)	-	-	(248)	-	5	(243)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(7)	-	-	(9)	-	(9)	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.861	2	316	(1)	705	2.326	1.681	2.584	(5)	(172)	(1.752)	11.545	2.188	13.733

(*) Valor composto principalmente pela constituição de IR e CSLL diferida no montante de R\$228 relacionado com a segregação das operações do Grupo Êxito. Vide nota nº 1.2.

(**) Itens relacionados com os ativos e passivos mantidos para venda ou distribuição.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receita de venda de bens e serviços	25	16.686	15.044	17.321	16.298
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	26	(12.561)	(10.978)	(13.019)	(11.942)
Lucro bruto		4.125	4.066	4.302	4.356
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	26	(2.586)	(2.309)	(2.699)	(2.572)
Gerais e administrativas	26	(533)	(613)	(598)	(695)
Depreciação e amortização		(899)	(772)	(931)	(810)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(386)	254	(205)	(58)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(418)	(160)	(434)	(168)
		(4.822)	(3.600)	(4.867)	(4.303)
(Prejuízo) lucro operacional		(697)	466	(565)	53
Resultado financeiro líquido	28	(737)	(611)	(750)	(623)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.434)	(145)	(1.315)	(570)
Imposto de renda e contribuição social	20	447	764	454	725
(Prejuízo) lucro líquido das operações continuadas		(987)	619	(861)	155
Lucro líquido das operações descontinuadas		815	183	857	805
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(172)	802	(4)	960
Atribuído aos:					
Acionistas controladores da Companhia				(172)	802
Acionistas não controladores				168	158
				(4)	960
(Prejuízo) lucro líquido atribuído aos acionistas controladores por ação (Média ponderada do exercício - R\$)	29			(0,63851)	2,98481
Diluído				(0,63851)	2,98040
Prejuízo Lucro líquido das operações continuadas por ação	29			(3,20372)	0,58803
Diluído				(3,20372)	0,58716

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhões de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas					
Vendas de mercadorias e prestação de serviços		17.861	16.062	18.531	17.399
Perda com créditos de liquidação duvidosa		(2)	(1)	(2)	(2)
Outras receitas		127	183	129	184
		17.986	16.244	18.658	17.581
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo das mercadorias vendidas		(12.346)	(10.761)	(12.800)	(11.698)
Materiais, energia, serviços terceiros e outros		(2.158)	(1.906)	(2.267)	(2.030)
		(14.504)	(12.667)	(15.067)	(13.728)
Valor adicionado bruto		3.482	3.577	3.591	3.853
Retenções					
Depreciação e amortização		(994)	(902)	(1.026)	(941)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.488	2.675	2.565	2.912
Recebido em transferência					
Equivalência patrimonial		(386)	254	(205)	(58)
Receitas financeiras		839	309	836	306
Outros (resultado de operações descontinuadas)		815	183	857	805
		1.268	746	1.488	1.053
Valor adicionado total a distribuir		3.756	3.421	4.053	3.965
Colaboradores		2.234	2.046	2.316	2.215
Remuneração direta		1.312	1.292	1.363	1.415
Participações</					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Informações corporativas**

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Mercado Extra", "Minimercado Extra" e "Compre Bem". Com relação às operações da bandeira Extra Hiper, vide nota nº 1.1. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia também opera em outros países da América Latina por meio da Controlada Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana, operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Está em curso o processo de segregação e descontinuidade das atividades do Éxito no GPA, vide nota nº 1.2.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3", e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código "CBD".

A Companhia é controlada de forma direta pela Ségisor, tendo como controlador final o Casino Guichard - Ferrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas no mercado de Paris.

1.1 Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas
Como parte do segmento hipermercado Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, conforme destacado na nota 1, incluindo 103 lojas Extra Hiper, que operam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a Administração decidiu descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper. Conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de Sendas Distribuidora S.A. ("Assai" ou "Sendas Distribuidora"), contando apenas com o voto dos conselheiros localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros.

A transação foi definitivamente realizada, após aditivo de 26 de dezembro de 2022, da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 66 (anteriormente 70) lojas ao Assai pelo valor de R\$3.928 bilhões (anteriormente R\$3.973 bilhões) e (ii) venda de 17 imóveis ao fundo imobiliário Barzel Properties, com garantia e posterior locação diretamente pelo Assai por um período de 25 anos, renováveis por um período adicional de 15 anos, no valor de R\$1.200 bilhão, conforme contrato celebrado em 25 de fevereiro de 2022.

Em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de contratos de cessão de créditos com instituições financeiras para cessão definitiva de recebíveis com Assai, no valor de até R\$2 bilhões referente às parcelas devidas entre 2023 e 2024. As parcelas residuais no montante de R\$1,2 bilhão com vencimento em 2023 e R\$700 milhões com vencimento em janeiro de 2024 reajustadas pelo CDI + 1,2% foram cedidas de forma definitiva, com anúncio do Assai e sem direito de regresso durante o terceiro trimestre de 2022. O custo dessa cessão foi de R\$2,4 milhões e está alocado no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu e já antecipou a totalidade dos recebíveis da Transação. Ainda, em complemento a esta transação, das 37 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia converteu as 25 lojas para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerrou, ou vendeu para terceiros, as 12 lojas.

Face a transação acima descrita, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper e, até 31 de dezembro de 2021 a transação foi implementada parcialmente, com a descontinuidade de 31 fundos do comércio e a transferência efetiva ao Assai de 20 desses fundos de comércio, dos quais 6 imóveis próprios da Companhia.

As operações das demais lojas Extra Hiper representado pelos 50 fundos de comércio remanescentes, incluindo 11 imóveis próprios, foram descontinuadas no primeiro trimestre de 2022 e mais 40 fundos de comércio foram entregues ao Assai nesse período. No segundo trimestre foi entregue mais um fundo de comércio e no terceiro trimestre foram entregues mais 5 fundos de comércio. Os ativos e passivos relacionados à estas lojas (substancialmente imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e o intangível) foram classificados como ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 e realizados ao longo de 2022 com a entrega efetiva dos fundos de comércio ao Assai.

A Administração avaliou a transação à luz do IFRS 5/CPC 31 - "Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada" e concluiu que a descontinuidade das 103 lojas Extra Hiper (transação completa) resulta em abandono de uma linha importante de negócio no segmento de Varejo, com posterior venda de ativos livres de operação (imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e intangível) ao Assai.

Conforme anteriormente mencionado, até 31 de dezembro de 2021 a Companhia abandonou parcialmente as lojas Extra Hiper (21% da receita bruta da linha de negócio Extra Hiper) e concluiu que não houve abandono substancial da linha de negócio de hipermercados naquela data, uma vez que, de acordo com IFRS 5/CPC 31, uma operação abandonada deve ser considerada descontinuada quando for substancialmente completada, o que ocorreu no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega de 86% do total de lojas ao Assai. Portanto desde o primeiro trimestre de 2022, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados estão sendo apresentados como operação descontinuada (linha de negócio Extra Hiper), bem como as demonstrações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas, em uma única linha na demonstração do resultado, conforme previsto no IFRS 5/CPC 31.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita no valor de R\$3,9 bilhões, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$1,025 e despesas de R\$1,345 (incluindo R\$566 relacionadas ao valor de colaboradores, R\$95 cancelamento de contratos e R\$664 outras despesas relacionadas à transação - custos relacionados à transação - baixa de saldos de outros balanços relacionadas às lojas e de desmobilização), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$1,564 registrado no resultado de Operações Descontinuadas (Nota nº 33).

1.2 Transação de segregação e descontinuidade das operações da Controlada Éxito na Companhia.
Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento do resultado de estudos preliminares para eventual segregação do GPA e do Éxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (Brazilian Depository Receipts) e ADRs (American Depository Receipts) do Éxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

Conforme plano elaborado pela Administração é esperado que a transação ocorra por meio de uma redução de capital de GPA com o objetivo de distribuir aproximadamente 83% das ações do Éxito atualmente detidas pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, após a distribuição das ações, o GPA manteria participação minoritária de aproximadamente 13% no Éxito.

Em 30 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou o pedido de registro de companhia aberta categoria "A", o pedido de registro do programa de Brazilian Depository Receipts Nivel 1 ("BDR") perante a CVM, e o pedido para listagem dos BDRs perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

A Companhia concluiu também as autorizações prévias necessárias dos principais credores financeiros durante o exercício findo de 2022. A Administração cumpriu os principais requisitos do processo de segregação da sua controlada Éxito em 2022, sendo que a transação é considerada altamente provável que seja concluída no segundo trimestre de 2023. Conforme o CPC 31/IFRS 5, a controlada Éxito e suas subsidiárias são apresentadas nessas demonstrações financeiras como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial e operações descontinuadas no resultado do exercício.

Na assembleia geral extraordinária ocorrida em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital do GPA no valor de R\$ 7.133 mediante a entrega aos acionistas do GPA de 1.080.556.276 ações ordinárias de emissão do Éxito de propriedade do GPA, sendo 4 ações de emissão do Éxito para cada ação do GPA.

1.3 Incorporação societária das suas subsidiárias
Em maio de 2022 houve a incorporação total e consequente extinção do Compre Bem. Em dezembro de 2022 houve a incorporação total e consequente extinção do James Delivery. Ambas eram subsidiárias integrais da Companhia. O resultado dessas incorporações não gerou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que se tratava de subsidiárias integrais.

1.4 Continuidade operacional
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. **Base de elaboração**
As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("demonstrações financeiras").

3. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

4. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$. A moeda funcional das controladas e associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

5. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023.

6. A demonstração do resultado do exercício e a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas relacionadas ao resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas devido a descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper (nota nº 1.1) e em virtude do processo de segregação e descontinuidade da sua controlada Éxito (nota nº 1.2), considerando os efeitos de tais transações em atendimento ao pronunciamento técnico CPC31/IFRS 5 - Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

7. As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

8. As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

9. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

10. Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. **Principais políticas contábeis**
As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 **Instrumentos Financeiros**
Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

3.2 As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

3.3 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros
Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") - ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 /IFRS 9 é derivativa baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Geralmente embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.4 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.5 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.6 Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.7 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.8 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.9 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.10 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.11 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.12 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.13 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.14 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.15 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.16 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.17 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.18 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.19 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.20 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3.21 No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

3.22 Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 /IFRS 9).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

4. A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

5. No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Hedge de fluxo de caixa
Os instrumentos derivativos são registrados como hedge de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento do hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deive de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permaneça inalterado, a Companhia deve ajustar "reequilibrar" o índice de hedge para atender os critérios de qualificação.

6. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento do hedge (inclusive decorrentes do "reequilíbrio" do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

7. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

8. A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

9. Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros
O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento;
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro;
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber, contas a receber atacadido e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

10. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

11. A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

12. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

13. A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

14. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contábil máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

15. Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

16. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

17. **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito** - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrer um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

18. **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável** - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

19. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. Ativos e passivos monetários dominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

20. As apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

21. **Contas a receber e ativos contratuais** - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

GPA alimentando sonhos e vidas

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se a recursos da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos, convertidos em 31 de dezembro de 2022 ao montante de R\$79. Em 31 de dezembro de 2021, referem-se a (i) recursos do Grupo Xíto, sendo R\$126 em pesos argentinos, R\$366 em pesos uruguaios e R\$2.905 em pesos colombianos; (ii) da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos no montante de R\$84

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 101,38% em 31 de dezembro de 2021) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(***) Referem-se a recursos aplicados no exterior, em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 1 no Uruguai e R\$94 na Colômbia, em 31 de dezembro de 2021).

7. **Contas a receber**
Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em OPA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo. Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Administradoras de cartões de crédito (nota nº 7.1)	79	63	79	65
Administradoras de cartões de crédito - partes relacionadas (nota nº 11.2)	4	14	4	15
Tickets de vendas e duplicatas a receber	182	135	255	655
Cartão de crédito próprio	34	40	34	53
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº 11.2)	5	16	5	13
Contas a receber de fornecedores	42	63	42	66
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº 7.2)	(2)	—	(2)	(35)
	344	331	417	832
Circulante	344	330	417	831
Não circulante	—	1	—	1

7.1 Administradoras de cartões de crédito
A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

7.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	—	(1)	(35)	(43)
Perdas registradas no exercício	(2)	—	(40)	(57)
Baixas de contas a receber	—	—	38	61
Operações descontinuadas	—	—	25	—
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	—	—	10	4
No fim do exercício	(2)	—	(2)	(35)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Títulos vencidos - Consolidado				
	Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias
31.12.2022	419	404	110	1	1
31.12.2021	867	729	10	17	9

8. **Outras contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contas a receber - Via (*)	603	298	603	298
Contas a receber por venda de sociedades (**)	72	79	72	79
Aluguéis a receber	21	63	21	179
Venda de imóveis	61	54	61	55
Venda de Empreendimentos	—	—	—	93
Outras (***)	230	109	256	163
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)	(7)	(15)	(7)	(15)
	980	588	1.006	852
Circulante	254	98	279	294
Não circulante	726	490	727	558

(*) Valores a receber de Via S.A. ("Via"), subsidiária alienada em 2019. No montante de R\$603 está incluindo o valor de R\$573 correspondente ao direito do GPA de receber da Via o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção de transitado em julgado do processo, o GPA faz jus aos créditos referentes ao período de 2003 a 2010, sendo que parte do valor no montante de R\$278 foi registrada em junho de 2022 e R\$44 no 3º trimestre de 2022, após conclusão do levantamento das informações e documentações pertinentes ao crédito (vide nota 20.9).

(**) Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas a 110% do CDI.

(***) Inclui o montante de R\$139 remanescentes a receber do Fundo Imobiliário Barzel pela venda dos 17 imóveis relacionados à desmobilização dos Hipermercado (Nota nº 1.1). A Companhia irá repassar os montantes recebidos para o Assai, uma vez que a Companhia já recebeu da mesma o adiantamento pela alienação dos imóveis.

8.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	(15)	(11)	(15)	(11)
Perdas registradas no exercício	—	(4)	—	(4)
Baixas de contas a receber	8	—	8	—
Estoque	(7)	(15)	(7)	(15)

9. **Estoque**

São contabilizados inicialmente pelo valor do custo e reavaliados ao seu valor líquido de realização. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registrados no resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para reposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registrados como redutores dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lojas	1.286	1.582	1.286	1.646
Centrais de distribuição	809	728	809	773
Estoque - Grupo Xíto	—	—	—	2.884
Estoque de imóveis - Grupo Xíto	—	—	—	50
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº 9.2)	(49)	(78)	(49)	(96)
	2.046	2.232	2.046	5.257

9.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$40 (R\$47 em 31 de dezembro de 2021).

9.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	(78)	(41)	(96)	(72)
Adições	(112)	(63)	(113)	(63)
Baixas/reversões	143	26	141	37
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	—	—	5	2
Operação descontinuada	—	—	14	—
Incorporação (nota nº 1.3)	(2)	—	—	—
No final do exercício	(49)	(78)	(49)	(96)

10. **Tributos a recuperar**

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS (nota nº 10.1)	856	911	856	920
PIS e COFINS (nota nº 10.2)	2.218	2.022	2.253	2.062
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (nota nº 10.3)	247	297	250	300
Imposto de renda e contribuição social	509	200	521	672
Outros	40	17	42	23
Outros impostos - Grupo Xíto IVA	—	—	—	176
Total	3.870	3.447	3.922	4.153
Circulante	1.074	1.048	1.114	1.743
Não circulante	2.796	2.399	2.808	2.410

10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2019, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado relações créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, o qual foi elaborado considerando a expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2022, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Em	473	473	473	473
De 1 a 2 anos	201	201	201	201
De 2 a 3 anos	10	10	10	10
De 3 a 4 anos	13	13	13	13
De 4 a 5 anos	14	14	14	14
Após 5 anos	145	145	145	145
	856	856	856	856

No 4º trimestre do exercício findo em 2022 foram registrados o montante de R\$338 referentes à atualização monetária do ressarcimento de ICMS-ST, dos quais R\$201 no resultado financeiro e R\$137 no resultado de operação descontinuada.

10.2 Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

Em junho de 2022, a 2ª Turma do STJ reconheceu a ilegalidade da revogação antecipada do incentivo fiscal previsto na Lei 11.196/05. A Lei zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas na venda de determinados produtos de tecnologia. Como resultado deste julgamento a Companhia registrou créditos no montante de R\$160 no segundo trimestre de 2022.

Em 6 de setembro de 2022, a Companhia obteve decisão favorável em processo relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS que transita separadamente de outros processos do mesmo tema cujos créditos já foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em 2020. Em função da decisão favorável, a Companhia registrou um crédito no montante de R\$106, dos quais R\$71 no resultado financeiro.

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Em	440	466	440	466
De 1 a 2 anos	464	473	464	473
De 2 a 3 anos	453	453	453	453
De 3 a 4 anos	432	432	432	432
De 4 a 5 anos	429	429	429	429
	2.218	2.253	2.218	2.253

10.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre o tempo constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$151 em 31 de dezembro de 2022 (R\$161 em 31 de dezembro de 2021).

11. **Partes relacionadas**

Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento
As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações - Nota nº 24			Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	
	Conselho de Administração (*)	34.090	26.884	—	—	13.646	6.908	
Diretoria	25.954	18.016	7.235	6.995	2.383	3.202	35.572	28.213
Conselho Fiscal	432	432	—	—	—	—	432	432
	60.476	45.332	7.235	6.995	16.029	10.110	83.740	62.437

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

11.2 Saldos e transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora				Transações (despesas)			
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controlador:								
Casino (i)	—	—	—	—	—	—	10	1
Euris (i)	—	—	—	—	—	—	1	1
Wilkes	—	—	1	—	—	—	2	2
Controladas:								
Exíto (ii)	—	—	—	—	—	—	—	14
Novasoc Comercial	—	—	47	57	—	—	1	1
SCB Distribuição e Comércio	—	—	3	18	—	—	—	46
Stix Fidelidade (x)	—	—	18	21	11	21	5	7
Chefftime (x)	—	—	5	44	—	—	1	1
James Intermediação	—	—	—	36	—	—	1	8
GPA M&P	—	—	—	—	—	—	8	13
GPA Logística	—	—	126	110	—	—	2	96
Outros	—	—	—	1	—	—	—	—
Associadas:								
FIC (iii)	4	14	35	34	4	8	—	19
Outras Partes Relacionadas:								
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	—	—	—	—	—	—	86	269
Sendas Distribuidora (viii)	—	—	264	370	18	15	259	103
Grupo Casino (vii)	5	11	—	—	—	—	—	3
Outros	—	—	1	1	—	—	—	—
Total	9	30	497	692	33	49	469	404

	Controladora				Transações (despesas			
--	--------------	--	--	--	----------------------	--	--	--

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount International")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount S.A. ("Cdiscount")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	Costa do Marfim	-	-	-	33,98
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	Senegal	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	Camarões	-	33,98	-	33,98
	CLatam AS Uruguay ("CLatam")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	Panamá	-	-	-	23,79
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Ecdiscoc Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	Equador	-	23,78	-	23,78
	Cnova Pay	França	-	25,29	-	25,29
	BeezUP SAS ("BeezUP")	França	-	25,29	-	25,29
	CARYA	França	-	33,87	-	33,87
	HALTAE	França	-	33,87	-	33,87
	C-Logistics	França	-	28,56	-	28,56
	NEOSYS	França	-	17,33	-	17,33
	Neotech Solutions	Marrocos	-	17,33	-	17,33
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	17,33	-	17,33
	C Chez Vous	França	-	1,70	-	28,53
	C-SHIELD	França	-	33,87	-	33,87
	MAAS	França	-	33,87	-	33,87
	C-TECHNOLOGY (antiga C-PAYMENT)	França	-	33,87	-	33,87
	CLR	França	-	28,56	-	28,56
FIC	Financieira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	17,88	-	17,88
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	17,88	-	17,88
	Bellamar Empreend. e Participações S.A. ("Bellamar")	Brasil	50,00	-	50,00	-
Êxito(**)	Puntos Colombia S.A.S. ("Puntos")	Colômbia	-	48,26	-	48,29
	Compañia de Financiamento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	48,26	-	48,29
	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	0,18	-	0,18
	Sara ANB S.A.S.	Colômbia	-	48,26	-	-

(**) As entidades do Grupo Êxito estão classificadas como ativos mantidos para distribuição em 31 de dezembro de 2022, vide nota nº 1.2.

12.2 Informações contábeis das associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Êxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante	11.682	8.742	2.304	4.110	5.355	5.293
Ativo não circulante	32	35	3.591	3.732	144	156
Ativo total	11.714	8.777	5.895	7.842	5.499	5.449
Passivo circulante	9.963	7.401	5.351	6.877	2.325	2.589
Passivo não circulante	174	44	2.677	3.066	2.588	2.039
Patrimônio líquido	1.577	1.332	(2.133)	(1.575)	582	721
Total passivo e patrimônio líquido	11.714	8.777	5.895	7.842	5.499	5.449

Demonstração do resultado:

	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas	1.411	1.034	9.345	13.824	490	783
Resultados operacionais	412	482	(279)	54	(121)	35
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	245	265	(716)	(313)	(89)	15

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. A Tuya é uma associada do grupo Êxito. O investimento na Tuya está apresentado na linha de ativo mantido para venda, vide nota nº 1.2.

12.3 Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Participações em controladas e coligadas	932	11.059	833	1.254
Provisão para perdas de investimentos	(863)	(703)	(863)	(689)
Investimento	69	10.356	(30)	565

A provisão para perdas com investimento é composta principalmente por R\$863 relacionada à Cnova N.V em 31 de dezembro de 2022 (R\$689 em 31 de dezembro de 2021).

12.4 Movimentação dos investimentos

	31.12.2022		31.12.2021	
	Êxito	Outros	Êxito	Outros
Equivalência patrimonial	9.427	929	10.356	10.479
Dividendos e juros s/capital próprio	(110)	(276)	(386)	444
Recuperação de ações (nota nº 12.4.1)	(276)	-	(276)	(246)
Aumento de capital	-	88	88	127
Aumento de capital com imobilizado	-	-	-	13
Transferência de participação (*)	-	-	(548)	548
Incorporação (nota nº 1.3)	-	(270)	(270)	-
Baixa de investimento	-	(1)	(1)	-
Cisão postas	(2)	-	(2)	1
Outras movimentações	(1.680)	(19)	(1.699)	(699)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(6.981)	(382)	(7.363)	(38)
Ativo mantido para distribuição	-	69	69	929
Saldos em 31.12.2022	833	(354)	(863)	(30)

(*) Transferência de participação de 5% do capital da subsidiária Êxito para a subsidiária GPA 2.

Saldos em 31.12.2020

	31.12.2020		31.12.2019	
	Êxito	Outros	Êxito	Outros
Equivalência patrimonial - continuada	9.427	929	10.356	10.479
Dividendos e Juros sobre capital próprio - continuada	(110)	(276)	(386)	444
Recuperação de ações (nota nº 12.4.1)	(276)	-	(276)	(246)
Aumento de capital	-	88	88	127
Aumento de capital com imobilizado	-	-	-	13
Transferência de participação (*)	-	-	(548)	548
Incorporação (nota nº 1.3)	-	(270)	(270)	-
Baixa de investimento	-	(1)	(1)	-
Cisão postas	(2)	-	(2)	1
Outras movimentações	(1.680)	(19)	(1.699)	(699)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(6.981)	(382)	(7.363)	(38)
Ativo mantido para distribuição	-	69	69	929
Saldos em 31.12.2020	833	(354)	(863)	(30)

12.4.1 Recuperação de ações

Em 24 de março de 2022 foi aprovada a proposta de distribuição dos resultados do Grupo Êxito no montante de 487 bilhões de pesos colombianos, dos quais 237 bilhões de pesos colombianos foram pagos em 31 de março de 2022 e o saldo remanescente no montante de 250 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a R\$315 em 31 de março de 2022) foram destinados para o programa de recompra de ações do Grupo Êxito. Foi aprovada também a destinação de 147 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a R\$186 em 31 de março de 2022) da reserva de expansão, correspondente ao lucro de 2020, para o programa de recompra de ações do Grupo Êxito.

Em 1º de junho de 2022, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a adesão ao plano proposto de Recuperação de ações da controlada Êxito, para venda de 3,4% das ações detidas pela Companhia e por sua controlada GPA2 em Êxito, o qual foi concluído em 22 de junho de 2022, com o recebimento de R\$398 pelo GPA, sendo R\$378 pela Companhia e R\$20 pelo GPA2. A Companhia teve sua participação alterada de 91,57% para 91,52% e GPA2 manteve a participação de 5%.

13. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios é determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3/CPC 15 - Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa. A vida útil dos edifícios é apresentada na nota nº 14.

As propriedades para investimento da Companhia e suas subsidiárias correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das propriedades para investimento que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$6 no consolidado (R\$32 em 31 de dezembro de 2021).

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo em:	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Ativos mantidos para venda(**)	Saldo em:
Terrenos	759	(1)	(189)	(568)
Edifícios	2.455	(5)	(14)	(1.978)
Imobilizado em andamento	40	98	(20)	(118)
Total	3.254	100	(6)	(2.664)

(*) Transferências para imobilizado

(**) Vide Nota nº 1.2

	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo em:	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Ativos mantidos para venda(**)	Saldo em:
Terrenos	762	(1)	(58)	759
Edifícios	2.859	91	(169)	2.455
Imobilizado em andamento	18	32	(3)	40
Total	3.639	124	(32)	3.254

(*) Transferências para imobilizado

	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo em:	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Ativos mantidos para venda(**)	Saldo em:
Terrenos	759	(1)	(189)	(568)
Edifícios	2.455	(5)	(14)	(1.978)
Imobilizado em andamento	40	98	(20)	(118)
Total	3.254	100	(6)	(2.664)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado gerado pela subsidiária Êxito pelo uso das propriedades de investimento foram os seguintes:

	2022	2021
Receita de arrendamento	416	433
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que geram receitas	(92)	(108)
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que não geram receitas	(99)	(103)
Receita líquida gerada pelas propriedades de investimento	225	222

Os valores estão registrados na linha de operação descontinuada (nota nº 1.2)

Em 31 de dezembro de 2022 o valor justo das propriedades de investimento em uso era composto apenas por saldos da subsidiária Êxito no montante de R\$4.278 (R\$3.844 em 31 de dezembro de 2021). Os principais dados utilizados na avaliação do valor justo, tais como taxa de desconto, taxa de vacância e taxa de capitalização terminal são estimadas por assessores e revisadas pela Administração com base nas transações comparáveis e dados do setor. O valor das propriedades de investimento está registrado no ativo mantido para venda (nota nº 1.2). As taxas variam para cada empreendimento conforme a região geográfica, formato do empreendimento e são apresentadas a seguir:

	Intervalo
Taxa de desconto	11,25% - 17,00%
Taxa de vacância	0,00% - 17,92%
Taxa de capitalização terminal	8,00% - 8,25%

14. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfizer os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repositos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfizer os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos

	Vida útil (em anos)
Edifícios	Entre 40 e 50
Benefeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 9 e 12
Outros	Entre 3 e 5

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício. O valor residual a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2022 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimado do ativo.

14.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias. Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 15.

Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações observáveis de mercado entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando a taxa de crescimento de 5,4% (4,8% em 2021) e taxa de desconto de 11,6% (10,6% em 2021) limitado pelo prazo médio da vida econômica remanescente dos ativos operacionais de cada UGC ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$8 no consolidado (R\$5 em 31 de dezembro de 2021).

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

	Controladora					Saldo em:
	31.12.2022	Adições	Remen-suração (*)	Depre- ciação	Transfe- rências (**)	
Terrenos	398	-	-	(4)	-	23
Edifícios	430	34	-	(18)	(12)	10
Benefeitorias em imóveis de terceiros	1.230	62	-	(147)	(40)	123
Máquinas e equipamentos	732	161	-	(140)	(65)	54
Instalações	116	8	-	(22)	(5)	5
Móveis e utensílios	300	75	-	(48)	(24)	21
Imobilizado em andamento	101	561	-	-	(9)	(535)
Outros	24	11	-	(9)	(3)	8
Total	3.331	912	-	(384)	(162)	237
Arrendamento - direito de uso:						
Edifícios	2.736	217	573	(412)	(104)	-



★ continuação
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14.5 Outras informações
 Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$95 na controladora (R\$130 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$95 no consolidado (R\$131 em 31 de dezembro de 2021), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

15. Intangível
 Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.
 Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.
 Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 11,50%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.
 Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.
 Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

	Controladora							Saldo 31.12.2022
	Saldo 31.12.2021	Adições	Remen-suração	Amorti-zação	Baixas	Transfe-rências (*)	Incorpo-ração	
Ágio	502	-	-	-	-	-	17	519
Marcas	-	-	-	-	-	-	3	3
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	-	-	(3)	-	3	-	47
Softwares e implantação	945	174	-	(214)	(15)	125	18	1.033
Total	1.494	174	-	(217)	(15)	128	38	1.602

	Controladora							Saldo 31.12.2021
	Saldo 31.12.2020	Adições	Remen-suração	Amorti-zação	Baixas	Transfe-rências (*)	Incorpo-ração	
Ágio	502	-	-	-	-	-	-	502
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	-	-	-	-	-	-	47
Softwares e implantação	888	134	-	(177)	(2)	102	-	945
Total	1.437	134	-	(177)	(2)	102	-	1.494

	Controladora							Saldo 31.12.2021
	Saldo 31.12.2020	Adições	Remen-suração	Amorti-zação	Baixas	Transfe-rências (*)	Incorpo-ração	
Ágio	502	-	-	-	-	-	-	502
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	-	-	-	-	-	-	47
Softwares e implantação	1.437	134	-	(177)	(2)	102	-	1.494
Total	2.040	134	43	(232)	(2)	(48)	-	1.935

	Controladora						Saldo 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2022	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
Ágio	519	-	519	502	-	502	
Marcas	3	-	3	-	-	-	
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	-	47	47	-	47	
Softwares e implantação	2.058	(1.025)	1.033	1.743	(798)	945	
Total	2.627	(1.025)	1.602	2.292	(798)	1.494	

	Controladora							Saldo 31.12.2021	
	Saldo 31.12.2021	Adições	Impairment	Amorti-zação	Baixas	Remen-suração	Ajuste de conversão para moeda de apresentação		Transfe-rências (*)
Ágio	729	-	-	-	-	-	(40)	(148)	541
Marcas	3.385	-	(19)	18	-	-	(686)	(2.693)	5
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	51	-	(3)	-	-	(1)	3	(3)	47
Direitos contratuais	3	-	(1)	-	-	1	1	(3)	1
Software	1.144	230	-	(268)	(20)	-	(28)	125	(110)
Total	5.312	230	(19)	(272)	(2)	-	(754)	129	(2.957)

	Controladora							Saldo 31.12.2021	
	Saldo 31.12.2020	Adições	Impairment	Amorti-zação	Baixas	Remen-suração	Ajuste de conversão para moeda de apresentação		Transfe-rências (*)
Ágio	750	-	-	-	-	-	(21)	-	729
Marcas	3.731	-	(22)	-	-	-	(324)	-	3.385
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	4	-	(3)	-	-	3	(3)	51
Direitos contratuais	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Software	1.030	228	-	(214)	(2)	-	(13)	115	1.144
Total	5.561	232	(22)	(214)	(2)	-	(358)	115	5.312

	Controladora							Saldo 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2022	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
Ágio	541	-	541	729	-	729		
Marcas	5	-	5	3.385	-	3.385		
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	47	-	47	54	(3)	51		
Direitos contratuais	2	(1)	1	6	(3)	3		
Software	2.116	(1.043)	1.073	2.165	(1.021)	1.144		
Total	2.711	(1.044)	1.667	6.339	(1.027)	5.312		

	Controladora							Saldo 31.12.2021
	Saldo em 31.12.2022	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido		
Ágio	478	(173)	305	543	(130)	413		
Marcas	120	(106)	14	170	(142)	28		
Fundo de comércio (nota nº 15.2)	598	(279)	319	713	(272)	441		
Softwares e implantação	3.309	(1.323)	1.986	7.052	(1.299)	5.753		
Total	4.705	(1.681)	3.024	13.478	(2.843)	10.635		

17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio
 17ª Emissão de Debêntures - CBD Sem preferência 2.000
 18ª Emissão de Debêntures - CBD - 1ª série (*) Sem preferência 980
 18ª Emissão de Debêntures - CBD - 2ª série (*) Sem preferência 520
 5ª Emissão de Notas Promissórias - CBD - 1ª série Sem preferência 500
 5ª Emissão de Notas Promissórias - CBD - 2ª série Sem preferência 500
 Custo de captação
 Passivo circulante
 Passivo não circulante
 (*) O vencimento de cada série da 18ª emissão se dá em duas parcelas, sendo os vencimentos da 1ª série em 10/05/25 e 10/05/26 e da 2ª série em 10/05/27 e 10/05/28.
 (**) A 17ª emissão de debêntures da Companhia foi liquidada antecipadamente em 16 de setembro de 2022 com parte dos recursos oriundos da alienação das lojas (nota nº 1.1), conforme autorizado na respectiva escritura de emissão.

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil 31.12.2022	31.12.2021	Valor contábil 31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	3.632	4.662	3.751	8.274
Partes relacionadas - ativo	497	692	301	517
Contas a receber e outras contas a receber	1.216	822	1.314	1.589
Outros ativos	-	-	-	9
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de valor justo	-	1	-	1
Instrumentos Financeiros s/arrendamento - Hedge de valor justo	-	-	-	9
Instrumentos Financeiros s/fornecedores - Hedge de valor justo	-	-	-	15
Outros ativos	-	-	-	2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	108	97	109	95
Outros ativos	-	-	-	28
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros - custo amortizado				
Partes relacionadas - passivo	(469)	(484)	(358)	(467)
Fornecedores	(3.110)	(3.651)	(3.123)	(10.078)

15.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio
 O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº 14.
 Para fins de teste de perda por redução do valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e varejo internacional (Grupo Exito).
 O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. No varejo a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,7% (10,6% em 2021), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,4% (4,8% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.
 Em relação ao Grupo Exito a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 7,4% (7,4% em 31 de dezembro de 2021) e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,7% (3% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, foi identificada necessidade de registrar provisão de R\$ 19 para redução ao valor recuperável dos intangíveis de vida útil indefinida (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2021).
Análise de sensibilidade
 Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Adições	174	134	230	232
Arrendamento	(2)	-	(2)	-
Total	172	134	228	232

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de produtos	2.610	3.040	2.618	6.285
Fornecedores de serviços	242	289	247	870
Acordos comerciais (nota nº 16.2)	(337)	(368)	(337)	(383)
Total	2.515	2.961	2.528	6.772
	595	690	595	3.306

16. Fornecedores e Fornecedores - convênios
 Fornecedores de produtos
 Fornecedores de serviços
 Acordos comerciais (nota nº 16.2)
 Fornecedores - convênios (nota nº 16.1)
 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos
 A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.
 A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são materiais para mensuração e divulgação.
 Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.
 Referidos saldos são classificados como "fornecedores - convênios" e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures e nota promissória	2.679	4.613	2.679	4.613
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº 17.4)	2.679	4.613	2.679	4.613

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CDI + 1,71% a.a.	2.679	4.613	2.679	4.613
CDI + 1,87% a.a.	2.721	2.738	2.721	2.737
Capital de giro	9	11	9	11
TR + 9,8% a.a.	-	(1)	-	(1)
CDI - 0,12% a.a.	(7)	(11)	(7)	(11)
Total	2.723	2.737	2.723	2.736

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Em moeda estrangeira (nota nº 17.5)				
Capital de giro	403	448	403	448
Capital de giro	-	-	-	276
Capital de giro	-	-	-	959
Carta de Crédito	-	-	-	12
Contratos de swap (nota nº 17.7)	58	7	58	7
CDI + 1,70% a.a.	461	455	461	1.702
Total	5.863	7.805	5.863	9.051

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo não circulante	-	1	-	1
Passivo circulante	1.001	1.243	1.001	1.470
Passivo não circulante	4.862	6.563	4.862	7.582
Total	6.863	7.805	6.863	9.051

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Em 31 de dezembro de 2021				
Captações	7.805	9.051	7.805	9.051
Provisão de juros	(474)	(835)	(474)	(971)
Contratos de derivativos	82	76	82	76
Marcação a mercado	-	1	-	(4)
Variação cambial e monetária	(29)	(29)	(29)	(29)
Custo de captação	13	13	13	13
Amortizações de juros	(635)	(755)	(635)	(755)
Amortizações de principal	(2.635)	(3.852)	(2.635)	(3.852)
Amortizações de derivativos	(48)	(54)	(48)	(54)
Passivos mantidos para venda	-	(851)	-	(851)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	(248)	-	(248)
Total	5.863	5.863	5.863	5.863

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Em 31 de dezembro de 2020				
Captações	7.568	9.140	7.568	9.140
Provisão de juros	3.547	4.860	3.547	4.860
Contratos de derivativos	425	500	425	500
Marcação a mercado	(7)	(2)	(7)	(2)
Variação cambial e monetária	-	20	-	20
Custo de captação	14	15	14	15
Amortizações de juros	(403)	(482)	(403)	(482)
Amortizações de principal	(3.352)	(4.842)	(3.352)	(4.842)
Amortizações de derivativos	(7)	(23)	(7)	(23)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	(145)	-	(145)



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.3	Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Despesas (receitas) do período:				
	Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	51	54	61	55
	Subarrendamentos (*)	(134)	(239)	(135)	(241)
	(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguel a receber das galerias comerciais.				
23.	Recetas a apropriar	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Compromisso de venda futura de imóveis	25	27	25	30
	Garantias complementares ou estendidas	-	11	-	11
	Contrato de prestação de serviço - Parcerias	50	11	50	11
	Receta com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	-	129	106
	Cartão Presente	47	56	47	182
	Outros	2	4	2	108
		124	109	253	448
	Circulante	27	44	156	383
	Não circulante	97	65	97	65
24.	Patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	a. Capital social				
	O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é representado por 270.139 (269.376 em 31 de dezembro de 2021) milhares de ações nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 5.861 (R\$ 5.859 em 31 de dezembro de 2021).				
	A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.				
	Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de fevereiro de 2022, 28 de março de 2022, 29 de abril de 2022, 27 de julho de 2022, 3 de novembro de 2022, 12 de dezembro de 2022 e 23 de dezembro de 2022 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$2 (R\$9 em 31 de dezembro de 2021) mediante a emissão de 763 mil de ações ordinárias (1.024 mil ações em 31 de dezembro de 2021).				
	Direito de ações				
	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.				
	Em relação ao direito de dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.				
	b. Reservas de lucros				
	(i) <i>Reserva legal</i> é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.				
	(ii) <i>Reserva para expansão</i> , constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas no fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.				
	c. Opções outorgadas reconhecidas				
	Na rubrica "Opções outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/(IFRS 2) - Pagamentos com base em ações.				
	Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").				
	A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.				
	O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.				
	À despeza ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.				
	Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.				
	Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cuja condição de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.				
	O efeito diluivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.				
	A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2022.				
	Plano de remuneração				
	O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").				
	Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B7 B8 do Plano de remuneração.				
	As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").				
	O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.				
	O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").				
	O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.				
	O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permear, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.				
	A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.				
	Plano de opção				
	O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").				
	Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C7 e C8 do Plano de opção.				
	Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").				
	As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.				
	O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.				
	O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.				
	As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:				
		31.12.2022		31.12.2021	
		Quantidade de opções (em milhares)			
		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas
	Série B6	462	(400)	(35)	(27)
	Série C6	17,39	(190)	(153)	(16)
	Série B7	0,01	(345)	(105)	-
	Série C7	12,60	(161)	(119)	-
	Série B8	0,01	(347)	-	-
	Série C8	17,28	(1,328)	-	-
		4.936	(1.443)	(412)	(43)
					3.038
	Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA				
	Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (vested) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.				
	De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia.				
	Em 31 de dezembro de 2022, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$16,52 para cada ação.				
	O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2022 de todas as opções outorgadas:				
		31.12.2022		31.12.2021	
		Quantidade de ações total	270.139	269.376	
		Saldo das séries outorgadas em vigor	3.038	1.412	
		Percentual máximo de diluição	1,12%	0,52%	
	O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo <i>Black & Scholes</i> de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série e o C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%.				
	O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo <i>Black & Scholes</i> de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.				
	O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo <i>Black & Scholes</i> de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 4,50%, (b) expectativa de volatilidade de 43,48% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,96%.				
	A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 2,13 (1,06 anos em 31 de dezembro de 2021). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$12,80 (R\$16,02 em 31 de dezembro de 2021).				
	A movimentação das ações acima se refere às ações da Companhia. Após a separação da Sondas Distribuidora, e durante o período de transição, certos executivos da Companhia tem remuneração em ações de Sondas Distribuidora, contabilizados como despesa. A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:				
		Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	
		Em milhares	R\$		
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37		
	Canceladas durante o exercício	(55)	10,50		
	Exercidas durante o exercício	(1.157)	7,65		
	Expiradas durante o exercício	(69)	11,57		
	Em aberto no fim do exercício	1.412	5,71		1,06
	Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	1.412	5,71		1,06
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Outorgadas durante o exercício	2.945	7,80		
	Canceladas durante o exercício	(291)	10,82		
	Exercidas durante o exercício	(985)	1,94		
	Expiradas durante o exercício	(43)	6,34		
	Em aberto no fim do exercício	3.038	8,46		2,13
	Total a exercer em 31 de dezembro de 2022	3.038	8,46		2,13
	Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$27 (R\$36 em 31 de dezembro de 2021).				
	Outros resultados abrangentes				
	Variação cambial de investimento no exterior				
	Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de (i) euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V. gerando um ganho de R\$65 e de (ii) pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento na subsidiária Exit gerando uma perda de R\$2.399. O efeito na controladora foi de R\$2.334, sendo registrado um ganho de R\$65 na operação continuada e uma perda de R\$ 2.399 na operação descontinuada (R\$1.116 em 31 de dezembro de 2021, sendo registrado um ganho de R\$6 na operação continuada e uma perda de R\$1.122 na operação descontinuada).				
	Reserva de subvenção (incentivos fiscais)				
	Conforme mencionado na nota nº 20.1, muitos dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.				
	Os respectivos montantes desses pagamentos foram alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.				

continua →



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO • 47.508.411/0001-56

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL. Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017. Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021.

Em dezembro de 2021 a Companhia destinou mais R\$2.282 para reserva de incentivos fiscais, a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, base acumulada do valor de crédito lançado no imposto de renda do exercício.

Em dezembro de 2022 a Companhia destinou mais R\$613 para reserva de incentivos fiscais, sendo R\$ 235 referente a incentivos fiscais gerados em anos anteriores a 2022 transferidos da reserva de expansão e R\$378 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

24.3. Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos no montante de R\$81 (R\$0,3013 - trinta centavos por ação) em 2021. Em 2022 não houve base para a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios:

	Dividendos propostos	
	31.12.2022	31.12.2021
Reserva legal	(172)	802
Reserva de incentivos fiscais (vide nota nº 24.2)	-	(438)
Base de cálculo dos dividendos	-	324
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	81

Lucro líquido do exercício

Reserva legal

Reserva de incentivos fiscais (vide nota nº 24.2)

Base de cálculo dos dividendos

Dividendos mínimos obrigatórios - 25%

Dividendos distribuídos aos não controladores

A Companhia através da sua subsidiária Exito, possui investimentos com participação de não controladores em alguns empreendimentos imobiliários e no Grupo Disco del Uruguay S.A. Em 31 de dezembro de 2022 foi declarado dividendos no valor de R\$225 aos não controladores (R\$207 em 31 de dezembro de 2021).

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderem ser confiavelmente mensurados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado		Reapresentado
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	17.831	16.018	18.392	17.261
Prestação de serviços e outros	180	170	289	266
Devoluções e cancelamento de vendas	(150)	(126)	(150)	(128)
	17.861	16.062	18.531	17.399
Impostos sobre vendas	(1.175)	(1.018)	(1.210)	(1.101)
Receita líquida	16.686	15.044	17.321	16.298

Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

O Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com marketing referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado		Reapresentado
Custo com estoques	(11.606)	(10.049)	(12.047)	(10.972)
Despesas com pessoal	(2.133)	(2.019)	(2.227)	(2.220)
Serviços de terceiros	(290)	(371)	(301)	(389)
Despesas funcionais	(715)	(592)	(748)	(653)
Despesas comerciais	(568)	(457)	(586)	(514)
Outras despesas	(368)	(412)	(407)	(461)
	(15.680)	(13.900)	(16.316)	(15.209)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(12.561)	(10.978)	(13.019)	(11.942)
Despesas com vendas	(2.586)	(2.309)	(2.699)	(2.572)
Despesas gerais e administrativas	(533)	(613)	(598)	(695)
	(15.680)	(13.900)	(16.316)	(15.209)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado		Reapresentado
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (i)	(141)	27	(141)	27
Gastos com integração e reestruturação (ii)	(307)	(255)	(315)	(263)
Resultado com ativo imobilizado	31	57	23	57
Outros	(1)	11	(1)	11
Total	(418)	(160)	(434)	(168)

(i) Se refere a contingência de ICMS no montante de R\$ 285, sendo R\$ 132 na operação continuada e R\$153 nas operações descontinuadas

(ii) Valores relacionados a gastos de reestruturação das atividades operacionais

28. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado		Reapresentado
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(847)	(434)	(863)	(441)
Custo com antecipação de recebíveis	(51)	-	(53)	(2)
Atualizações monetárias passivas	(147)	(92)	(148)	(93)
Juros sobre passivo de arrendamento	(393)	(316)	(393)	(317)
Outras despesas financeiras	(65)	(84)	(71)	(90)
Total de despesas financeiras	(1.503)	(926)	(1.528)	(943)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	127	74	137	78
Atualizações monetárias ativas (*)	638	236	640	238
Outras receitas financeiras	1	5	1	4
Total de receitas financeiras	766	315	778	320
Total	(737)	(611)	(750)	(623)

(*) No 4º trimestre do exercício findo em 2022 foram registrados o montante de R\$201 referentes a atualização monetária do resarcimento do ICMS-ST. Em 2021 a Companhia registrou um crédito de R\$109, referente a atualização monetária do crédito tributário da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS.

Os efeitos do hedge são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota nº18.

29. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

• Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.

• Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado
Numerador básico		
Lucro básico alocado e não distribuído op. Continuadas	(863)	158
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	691	644
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	(172)	802
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	269	269
Lucro básico por ação (R\$) - operações continuadas	(3,20372)	0,58803
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	2,56521	2,39678
Lucro básico por ações (R\$) - total	(0,63851)	2,98481
Numerador diluído		
Lucro diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(863)	158
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	691	644
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	(172)	802
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	269	269
Opções de compra de ações	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhões)	269	269
Lucro diluído por ações (R\$) - operações continuadas	(3,20372)	0,58716
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	2,56521	2,39324
Lucro diluído por ação (R\$) - total	(0,63851)	2,98040

30. Informações sobre os segmentos

A Administração considera que possui apenas um segmento denominado "Varejo" - que inclui as bandeiras "Pão de Açúcar", "Extra Supermercado", "Mercado Extra", "Minimercado Extra", "Minuto Pão de Açúcar", "Compre Bem", "Posto Extra", e "GPA Malis".

Conforme descrito na nota nº 1.2, o Grupo Exito, anteriormente apresentado como um segmento separado, está sendo apresentado como operação descontinuada, sendo considerado um segmento até conclusão da distribuição das ações detidas pela Companhia aos acionistas diretos da mesma.

Os "outros negócios" compreendem também as operações do James (incorporada na controladora em dezembro de 2022), Stix e o resultado de equivalência da Cdiscout.

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As despesas relacionadas a descontinuidade das operações do Grupo Exito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no segmento Grupo Exito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 14 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas no quadro a seguir:

Descrição	Varejo		Operação descontinuada		Outros negócios		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
		Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado
Receita líquida de vendas	17.250	16.228	-	-	71	70	17.321	16.298
Lucro bruto	4.228	4.297	-	-	74	59	4.302	4.356
Depreciação e amortização	(911)	(797)	-	-	(20)	(13)	(931)	(810)
Equivalência patrimonial	44	47	-	-	(249)	(105)	(205)	(58)
Lucro operacional	(267)	254	-	-	(298)	(201)	(565)	53
Resultado financeiro líquido	(747)	(620)	-	-	(3)	(3)	(750)	(623)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(1.014)	(366)	-	-	(301)	(204)	(1.315)	(570)
IR e CSLL	456	718	-	-	(2)	7	454	725
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	(558)	352	-	-	(303)	(197)	(861)	155
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	864	273	(7)	532	-	-	857	805
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	306	625	(7)	532	(303)	(197)	(4)	962
Ativo circulante	7.632	9.898	20.809	7.871	118	103	28.559	17.872
Ativo não circulante	15.203	13.796	-	17.694	77	81	15.280	31.571
Passivo circulante	6.314	7.528	11.260	8.853	173	169	17.747	16.550
Passivo não circulante	12.358	12.470	-	4.040	1	3	12.359	16.513
Patrimônio líquido	4.163	3.696	9.549	12.672	21	12	13.733	16.380

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos e outros produtos. A receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	31.12.2022	31.12.2021
Pão de Açúcar	7.629	7.079
Extra/Compre Bem	5.339	4.580
Proximidade	2.476	2.082
Postos/Drogarias/Delivery	1.806	2.487
Outros	71	70
Total de vendas líquidas	17.321	16.298

Transações não caixa

Durante 2022 e 2021 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagas: na nota nº 14.4;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagas: na nota nº 15.3;
- Aumento de capital com imobilizado: nota nº 12.4;
- Incorporação de subsidiária descrita na nota nº 1.2.

29. Ativos mantidos para venda ou distribuição

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata ou para distribuição aos acionistas em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas ou distribuição de tais ativos sendo altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda ou distribuição, o prazo estimado para que a venda ou distribuição seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda ou distribuição aos acionistas envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independentemente se a Companhia reterá participação como não controladora em sua antiga subsidiária após a venda ou distribuição. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis/terrenos - controladora	34	36	34	36
Lojas Extra Hiper (nota nº 1.1)	-	1.117	-	1.117
Grupo Exito (nota nº 1.2)	7.363	-	20.809	34
Ativos mantidos para venda ou distribuição	7.397	1.153	20.843	1.187
Lojas Extra Hiper/Passivo de arrendamento (nota nº 1.1)	-	62	-	62
Grupo Exito (nota nº 1.2)	-	-	11.260	-
Outros	227	-	227	-
Passivos mantidos para venda ou distribuição	227	62	11.487	62

Teste de recuperação e valor justo</



★ continuação

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2022**Informações iniciais**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2022

O Comitê reuniu-se, no ano de 2022, em 13 sessões, sendo 6 delas ordinárias, agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias. As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, auditoria interna e outros gestores da Companhia e, em grande parte delas, os auditores

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Eleazar de Carvalho Filho
Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro

Fernando Dal-Ri Múrcia
Especialista Contábil e de Auditoria

Christophe Hidalgo

Renan Bergmann

Gisélia da Silva

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Libano Barroso - Presidente

Eric Martins - Conselheiro

Doris Wilhelm - Conselheiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, emitido nesta data.

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Operações Descontinuadas - Descontinuação do Formato Hipermercado e Plano de Distribuição da Subsidiária Êxito aos Acionistas

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1, nº 32 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu seu plano de descontinuação do seu formato de hipermercado, que incluía o encerramento, venda ou conversão de lojas anteriormente operadas sob a bandeira Extra Hiper. A Companhia registrou ganho líquido antes de imposto de renda e contribuição social de R\$1.564 milhão em 31 de dezembro de 2022, e os resultados das operações do Extra Hiper foram apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas para todos os períodos apresentados.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.2, nº 32 e nº 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o 2º semestre de 2022 a Companhia anunciou suas intenções e planos para o desinvestimento de sua subsidiária Almacenes Êxito S.A. ("Êxito"), que inclui a distribuição de aproximadamente 83% das ações de Êxito atualmente detidas pela Companhia aos seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia registrado R\$7.336 milhões de investimento em subsidiárias e R\$227 milhões de passivos relacionados ao Êxito, como ativo mantido para distribuição em seu balanço patrimonial individual, e R\$20.809 milhões de ativo total e R\$ 11.487 milhões de passivo total relativo ao Êxito como mantido para distribuição em seu balanço patrimonial consolidado. Adicionalmente, a partir de dezembro de 2022, os resultados das operações do Êxito passaram a ser apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas de todos os períodos apresentados.

Identificamos que a contabilização dessas transações envolvendo operações descontinuadas foram consideradas um principal assunto de auditoria em virtude de: (i) à complexidade e significância dos montantes envolvidos; (ii) os julgamentos significativos efetuados pela Diretoria na determinação do tratamento contábil adequado para as transações mantidas para venda/distribuição e o momento do reconhecimento como operações descontinuadas, de acordo com a IFRS 5/CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, bem como os valores e o momento da contabilização dos ganhos, custos e despesas associados; e (iii) o processo não rotineiro e os julgamentos utilizados pela Diretoria para compilar dados financeiros históricos para apresentação de operações descontinuadas. Esses aspectos requerem um alto grau de julgamento do auditor e uma maior extensão de esforço ao realizar procedimentos de auditoria para avaliar a razoabilidade das conclusões contábeis alcançadas pela Diretoria e as respectivas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e a implementação, e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes relacionados a identificação e tratamento de transações não usuais significativas, incluindo aquelas específicas à operações descontinuadas.
- Avaliamos a adequação da aplicação dos critérios para reportar os ativos e passivos como mantidos para venda/distribuição e de operações descontinuadas, incluindo os julgamentos da Diretoria, por meio de: (i) inspeção e discussão da documentação suporte preparada pela Diretoria, incluindo o memorando técnico contábil; (ii) leitura das atas de reunião do Conselho de Administração; (iii) leitura e avaliação dos contratos subjacentes e outras informações; e (iv) avaliação de evidências contraditórias com base em nosso entendimento do negócio.
- Testamos o ganho líquido reconhecido em operações descontinuadas, incluindo:
 - Teste de existência e avaliação dos proventos de caixa;
 - Inspeção dos contratos de venda relacionados para obter uma compreensão dos ativos e passivos incluídos no escopo da transação de vendas e testar a integridade e a precisão dos ativos e passivos incluídos no cálculo do ganho em uma base amostral, comparando os valores com os registros contábeis;
 - Teste da mensuração, integridade e acurácia dos custos e despesas relacionados à transação; e
 - Teste dos efeitos tributários da transação de venda.
- Com a assistência de nossos especialistas em avaliação, testamos a avaliação dos ativos e passivos do Êxito mantidos para distribuição, incluindo a avaliação da razoabilidade da metodologia de avaliação e as premissas significativas usadas na determinação do valor justo menos os custos de distribuição.
- Avaliamos as apresentações e divulgações, incluindo o resultado por ação e os fluxos de caixa, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado nas transações acima descritas e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R\$856 milhões e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$2.253 milhões em 31 de dezembro de 2022, cuja recuperabilidade depende da geração futuro suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
- Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e Contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$1.761 milhões. Ainda, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$12.459 milhões em 31 de dezembro de 2022, para os quais não foi registrada provisão. A Companhia também é responsável por certos processos administrativos e judiciais, em decorrência de acordos de indenização de operações de subsidiárias alienadas, bem como está sujeita a ser reembolsada por seus acionistas controladores em uma determinada autuação fiscal, totalizando R\$3.650 milhões, para os quais não foi registrada provisão. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou

independentes estiveram presentes. Sugestões de aperfeiçoamentos em processos e procedimentos internos feitas pelos membros têm sido endereçadas pela Companhia tempestivamente. O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer e descritos neste Relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Por fim, esse Comitê recomenda as nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos e administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiávamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
 - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
 - Efetuamos leitura e obtivemos entendimento dos acordos de indenização celebrados pela Companhia.
 - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
 - Desafiávamos a avaliação da Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
 - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
 - Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório

Contador

CRC nº 1 SP 216175/O-7

Deloitte